

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	287/2018
Referência:	Processo nº F-16057/2002
Interessado(a):	ANNA LAB. NEMATOLOGIA, ASS. E CONSULT. AGRONOMICA LTDA

EMENTA: Defere a anotação do profissional Engenheiro Agrônomo Wilson Puren Novaretti como responsável técnico, conforme documentação de fls. 25-39, desde de o dia 08/07/2010 e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **F-16057/2002** que trata da empresa registrada neste Conselho, desde 16 de maio de 2002, tendo como Sócio e Responsável Técnico o Engenheiro Agrônomo Wilson Roberto Trevisan Novaretti, que veio a falecer em 09 de outubro de 2015. Considerando a ART de Desempenho de Cargo e Função, datada de 06 de julho de 2010, do Engenheiro Agrônomo Wilson Puren Novaretti, que também assume a Responsabilidade Técnica pela referida Empresa em apreço. Considerando que a UGI de Piracicaba entendeu que a empresa interessada estava sem responsável técnico, negligenciando a anotação do Responsável Técnico Engenheiro Agrônomo Wilson Puren Novaretti. Considerando que somente em 22 de fevereiro de 2018, o processo foi retomado pela UGI de Piracicaba, ficando inativo, sem ser manuseado por 882 dias. Considerando que após notificada a empresa interessada em 13.04.2018, a interessada indica como seu responsável técnico o Engenheiro Agrônomo Wilson Puren Novaretti, com a apresentação dentre outros, dos seguintes documentos: o requerimento de registro/alteração de empresa, assinado por Ana Augusta Puren Novaretti, onde se declara como horário de trabalho do profissional indicado: às 2as, 4as e 6as feiras, das 13h00 às 18h00 e que também é sócio da empresa; procuração outorgada pelo Eng. Agr. Wilson Puren Novaretti com amplos poderes a sua mãe Ana Augusta Puren Novaretti, inclusive para assinatura de ART; e cópia da ART de cargo ou função nº 28027230180424194, assinada pela procuradora acima citada, e registrada em 12.04.2018. Considerando que o profissional Wilson Puren Novaretti possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto federal nº 23.196/33. Considerando o objeto social da interessada que é: “análise nematológica de plantas, solo e água; instalação e condução de experimentos de pragas, doenças e variedades em culturas agrícolas; assessoria e consultoria nas áreas de pragas, doenças e variedades da cana de açúcar, cafeeiro, banana e outras culturas. Considerando que a UGI/Piracicaba encaminha o presente processo para análise e referendo da Câmara de Agronomia, a anotação do responsável técnico solicitada destacando-se: a alteração contratual datada de 03.05.2010, anexada a Fls. 26/34, na qual consta o Eng. Agr. Wilson Puren Novaretti como sócio da interessada,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

juntamente com o ex-sócio e responsável técnico, falecido em 09 de outubro de 2015, Engenheiro Agrônomo Wilson Roberto Trevisan Novaretti. Considerando que há e-mail de 07 de maio de 2018 o escritório contábil esclareceu que o engenheiro responsável e sócio da empresa encontra-se no exterior finalizando um curso profissionalizante e retornará somente em julho, sendo assim, a senhora sua mãe assinou o requerimento. Considerando que a UGI/Piracicaba relaciona as ocorrências do processo e suas providências, inclusive quanto ao registro provisório do profissional, vencido desde 14.04.2010 e prorrogado desde então, e quanto à assinatura de ART por pessoa leiga. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 46 alínea “d”, 59 e 60. Considerando a Resolução nº 336/89 em especial os artigos 1º, 6º, 8º, 9º, 12, 13, 18. Considerando a Lei nº 6.496/77, em especial o artigo 2º. Considerando a Resolução 1.025/09 em especial o artigo 5º. Considerando a Resolução 218/73 do Confea em especial os artigos 1º e 5º. Considerando Decreto Federal 23.196/33, em especial o artigo 6º. Considerando a Resolução 1025/09, do Confea, em especial o artigo 25. Considerando que o profissional Engenheiro Agrônomo Wilson Purens Novaretti, sócio da empresa, foi indicado como responsável técnico às fls. 25, recolheu a ART 92221220101625170, fl.36. Considerando que o registro do profissional Engenheiro Agrônomo Wilson Purens Novaretti, consta como provisório prorrogado, por falta de apresentação do diploma original, fl. 59. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **1) Rejeitar o parecer do relator.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram contrariamente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Agr. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agr. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agr. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Com abstenção do Conselheiro Meteorol. Ricardo Hallak. Não havendo votos favoráveis. **2) Aprovar o parecer do vistor com a seguinte redação: a) Deferir a anotação do profissional Engenheiro Agrônomo Wilson Purens Novaretti como responsável técnico, conforme documentação de fls. 25-39, desde de o dia 08/07/2010; b) Pela abertura de processo de anulação da ART 28027230180424194, uma vez que a mesma foi assinada por procuração e c) notificar o profissional Engenheiro Agrônomo Wilson Purens Novaretti para apresentar o diploma original em uma unidade do CREA – SP, uma vez que o profissional ainda não apresentou o referido documento.** Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nobile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	288/2018
Referência:	Processo nº SF-1988/2015 e V2
Interessado(a):	CELIO CABRAL FADIGA FILHO GRAMAS - ME

EMENTA: Arquivo o processo SF-001988/2015.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1988/2015 e V2** que trata de consulta de falsificação de Certidão de Acervo Técnico – CAT. Considerando que a Prefeitura do Município de Varginha/MG consulta o CREA-SP quanto a autenticidade da CAT nº 0420130000516, apresentada pela empresa “Célio Cabral Fadiga Filho – Gramas – ME”, como comprovante de Capacidade Técnica para execução de serviços licitados, requisito de habilitação para participação em certame licitatório levado a efeito pela citada Prefeitura Municipal. Considerando as diligências tomadas pela UGI-Oeste que apontam para uma provável falsificação de documentos, sugerindo a continuidade de procedimentos para a verificação de participação do profissional citado na CAT, a saber, o Engenheiro Agrônomo Francisco Pavanelli Neto, CREASP 0605014802. Considerando o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da empresa Célio Cabral Fadiga Filho – Gramas – ME, sediada no município de São João da Boa Vista/SP, constata-se ser sua atividade econômica principal o Comércio varejista de plantas e flores naturais, código 47.89-0-02 da CNA-02, e como atividades econômicas secundárias: Coleta de resíduos não perigosos (38.11-4-00), Coleta de resíduos perigosos (38.12-2-00), Obras de terraplanagem (43.13-04-00), Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional (49.30-2-02), Transporte rodoviário de produtos perigosos (49.30-2-03), Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes (77.32-2-01), Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais (81.11-7-00) e Atividades paisagísticas (81.30-3-00). Considerando que a Prefeitura de Varginha foi informada, através do Ofício nº 1876/2016, que a CAT apresentada revela mera falsificação, expondo as devidas razões. Considerando que a Prefeitura de Varginha/MG, encaminhou ao CREA SP cópia integral do processo licitatório – Pregão Presencial nº 108/2015, objetivando a contratação de serviços incluindo mão de obra, materiais e disponibilização de equipamentos necessários para conservação, manutenção de gramados, jardins e dependências dos Estádios Municipais e das instalações de sua Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, para fins de providências cabíveis em relação à empresa “Célio Cabral Fadiga Filho – Gramas – ME” bem como em relação ao profissional Engenheiro Agrônomo Francisco Pavanelli Neto, CREASP 0605014802. Considerando a situação do registro profissional, do Engenheiro Agrônomo Francisco Pavanelli Neto. Considerando que o profissional foi notificado a manifestar-se formalmente sobre a autenticidade da

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

documentação, a saber, a CAT N° 0420130000516, que alude sua responsabilidade técnica pela empresa participante do pregão público da Prefeitura de Varginha. Considerando que o profissional declara não conhecer nem nunca ter sido responsável técnico pela empresa “Célio Cabral Fadiga Filho – Gramas – ME”, não sendo autêntica a Certidão de Acervo Técnico – CAT N° 0420130000516. Considerando que foram juntados cópias de expedientes em outros processos sobre tratativas de apuração de autenticidade de CAT em nome do profissional Engenheiro Agrônomo Francisco Pavanelli Neto, cujos procedimentos levaram à análise pela Câmara Especializada de Agronomia, em 14 de julho de 2015, com a manifestação pela instauração de processo de apuração de falta ética disciplinar e pelo encaminhamento à Comissão Permanente de Ética Profissional. Considerando que nos autos do processo E-76/2015, em que foi tratada a apuração de possível falta ética disciplinar cometida pelo Engenheiro Agrônomo Francisco Pavanelli Neto, uma vez tendo este profissional prestado depoimento à Comissão Permanente de Ética Profissional, foi emitido o relatório por essa Comissão sugerindo o arquivamento do processo nos termos do inciso IX do Artigo 71 do Regulamento para a Condução de Processo Ético Disciplinar. Considerando o parecer da Comissão de Ética, a Câmara Especializada de Agronomia decidiu pelo arquivamento daquele processo. Considerando que diversas tratativas de apuração de autenticidade de CAT emitida em nome do referido profissional já constituíram objetos de abertura de processos dentro deste Conselho, obedecidos aos dispositivos que regem os procedimentos regulamentares. Considerando o objeto dos presentes autos, a apuração de irregularidades com a apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, apresentada pela empresa “Célio Cabral Fadiga Filho – Gramas – ME”, para participação em certame licitatório conduzido pela Prefeitura Municipal de Varginha/MG, sendo comprovado ser tal certidão uma falsificação. Considerando a Resolução N° 1008/2014 do CONFEA. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: 1) Rejeitar o parecer do relator.** Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções. **2) Aprovar o parecer do vistor: Pelo arquivamento do processo SF-001988/2015, uma vez atendida a solicitação inicial de apuração de autenticidade de Certidão de Acervo Técnico, e tomadas as providências de apuração de falta ética disciplinar, em atendimento à Resolução CONFEA N° 1008/2014.**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	289/2018
Referência:	Processo nº C-571/2011 e V2
Interessado(a):	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CAPÃO BONITO

EMENTA: Fixa atribuições aos formados nos anos letivos de 2018 e 2019 no curso de Tecnologia em Silvicultura da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **C-571/2011 e V2** que trata da análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos formados de 2018 a 2019 do curso de Tecnologia em Silvicultura da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 62/2017 da reunião de 27/04/2017, ou seja: “por conceder aos formados de 2016 a 2017 do Curso de Tecnologia em Silvicultura da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito as atribuições “dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/86 do CONFEA, circunscritas aos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Tecnólogo(a) em Silvicultura” (código 312-26-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).” Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alterações curriculares para os concluintes de 2018 a 2019. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados de formados de 2018 a 2019 do curso em referência. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 3º e 4º da Resolução 473/02. Considerando que não houve alterações na grade curricular dos formados de 2018 e 2019, com relação as atribuições anteriormente concedidas. DECIDIU: **Por conceder aos formados de 2018 e 2019 do Curso de Tecnologia em Silvicultura da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito as atribuições “dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/86 do CONFEA, circunscritas aos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Tecnólogo(a) em Silvicultura” (código 312-26-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	290/2018
Referência:	Processo nº C-869/2015
Interessado(a):	FACULDADE DE TECNOLOGIA DE CAPÃO BONITO

EMENTA: Fixa atribuições aos formados nos anos letivos de 2018 e 2019 no curso de Tecnologia em Agroindústria da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **C-869/2015** que trata da análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos formados de 2018 a 2019 do curso de Tecnologia em Agroindústria da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 63/2017 da reunião de 27/04/2017, ou seja: “: Por conceder aos formados de 2016 a 2017 do Curso de Tecnologia em Agroindústria da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito as atribuições “dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/86 do CONFEA, circunscritas aos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Tecnólogo(a) em Agroindústria” (código 312-22-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).” Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alterações curriculares para os concluintes de 2018 a 2019. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados de 2018 a 2019 do curso de Tecnologia em Agroindústria da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 3º e 4º da Resolução 473/02. Considerando que não houve alterações na grade curricular dos formados de 2018 e 2019, com relação as atribuições anteriormente concedidas. DECIDIU: **Por conceder aos formados de 2018 e 2019 do Curso de Tecnologia em Agroindústria da Faculdade de Tecnologia de Capão Bonito as atribuições “dos artigos 3º e 4º da Resolução nº 313/86 do CONFEA, circunscritas aos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Tecnólogo(a) em Agroindústria” (código 312-22-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr.



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nobile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	291/2018
Referência:	Processo nº C-72/1972 V4
Interessado(a):	FAC. CIENCIAS AGRÁRIAS E VETERINÁRIA DA UNESP

EMENTA: Fixa atribuições aos formados no ano letivo de 2018 do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **C-72/1972 V4** que trata da análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados no ano letivo de 2018 do curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 163/2017, da reunião de 20/07/2017, ou seja: “Por conceder aos formados no ano letivo de 2017 no Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02.” Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2018. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados de 2018. Considerando os artigos 7º, 10, 11 e 46 (alínea “d”) da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando o Decreto 23.196/33. Considerando o artigo 5º da Resolução Nº 218/73. Considerando que o título “Engenheiro Agrônomo” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 311 – 02 – 00. DECIDIU: **Por conceder aos formados no ano letivo de 2018 no Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da UNESP as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarete Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	292/2018
Referência:	Processo nº C-422/1980 V3 e V4
Interessado(a):	E.T.A.E.S.G. BENEDITO STORANI DE JUNDIAÍ

EMENTA: Fixa atribuições aos formados nos anos letivos de 2013, 2014, 2015 e 2016 do Curso de Técnico em Agropecuária da ETAESG Benedito Storani de Jundiaí.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **C-422/1980 V3 e V4** que trata da revisão anual de atribuições, encaminhado à CEA pela UGI/Jundiaí, para fixação de atribuições aos formados nos anos letivos de 2013/2014 e 2015/2016 do curso de Técnico em Agropecuária da ETAESG Benedito Storani de Jundiaí. Considerando que a instituição de ensino informa que houve alterações na grade curricular dos concluintes do ano de 2015 em relação ao ano de 2013. Considerando a documentação relativa ao funcionamento regular da escola e do curso para as turmas 2012/1 a 2012/2 e 2014/1 a 2014/2. Considerando os Planos do Curso, o Perfil profissional de conclusão, a organização curricular do curso, com competências, habilidades e bases tecnológicas das disciplinas. Considerando as Matrizes Curriculares. Considerando que foi mantida a carga horária total em 2.000 horas. Considerando a relação de professores do curso. Considerando a Relação de alunos concluintes. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 46, alínea “d” e 84. Considerando o art. 11 da Resolução 1007/03 do CONFEA. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º, e 6º, da Resolução 1073/16 do CONFEA. Considerando os artigos 1º e 2º, da Resolução 1057/14 do CONFEA. Considerando o artigo 2º, da Lei 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º, e 7º, do Decreto 90922/85. Resolução Nº 473/02 do CONFEA que institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea que consta o título de Técnico em Agropecuária. Considerando o CNCT (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos) atualizado por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014 com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014. DECIDIU: **Por conceder aos formados nos anos letivos de 2013, 2014, 2015 e 2016 do curso de Técnico em Agropecuária com as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 312.05.00) da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng.



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	293/2018
Referência:	Processo nº C-750/2016 V5
Interessado(a):	CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUND. DE ENS. OTÁVIO BASTOS - UNIFEOB

EMENTA: Fixa atribuições aos formados no ano letivo de 2018 do Curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário da Fundação de Ensino Otávio Bastos – UNIFEOB.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **C-750/2016 V5** que trata da análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados no ano letivo de 2018 do Curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário da Fundação de Ensino Otávio Bastos – UNIFEOB. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 192/2017, da reunião de 24/08/2017, ou seja: “Por conceder aos formados no ano letivo de 2017 do Curso de Agronomia do Centro Universitário da Fundação de Ensino Otávio Bastos – UNIFEOB, as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02.” Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2018. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos formados de 2018. Considerando que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2018. Considerando os artigos 7º, 10, 11 e 46 (alínea “d”) da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando o Decreto 23.196/33. Considerando o artigo 5º da Resolução Nº 218/73. Considerando que o título “Engenheiro Agrônomo” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 311 – 02 – 00. DECIDIU: **Por conceder aos formados no ano letivo de 2018 do Curso de Engenharia Agrônômica do Centro Universitário da Fundação de Ensino Otávio Bastos – UNIFEOB, as atribuições previstas no Decreto 23.196, de 12 de outubro de 1933, bem como as previstas no art. 7º da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, para o desempenho das competências relacionadas no art. 5º da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA, com o título profissional de ENGENHEIRO(A) AGRÔNOMO (código 311 – 02 – 00) da Tabela de Títulos do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	294/2018
Referência:	Processo nº C-791/1980 V4
Interessado(a):	ETAE PROFESSOR FRANCISCO DOS SANTOS

EMENTA: Fixa atribuições aos formados no ano letivo de 2018 do curso de Técnico em Agropecuária da ETAE Professor Francisco dos Santos.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **C-791/1980 V4** que trata da análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados no ano letivo de 2018 do curso de Técnico em Agropecuária da ETAE Professor Francisco dos Santos. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso de Técnico em Agropecuária da ETAE Professor Francisco dos Santos foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 220/2017 da reunião de 21/09/2017, ou seja: “Por conceder aos formados no ano letivo de 2017 do Curso Técnico em Agropecuária da ETAE Professor Francisco dos Santos as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).” Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2018. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto às atribuições a serem concedidas aos formados de 2018. Considerando os artigos 46 (alínea “d”) e 84 da Lei Federal nº 5.194/66. Considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14. Considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. Considerando que não houve alterações na grade curricular. Considerando as atribuições concedidas aos formados em 2016 e considerando que o título “Técnico em Agropecuária” consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00. **DECIDIU: Por conceder aos formados no ano letivo de 2018 do Curso Técnico em Agropecuária da ETAE Professor Francisco dos Santos as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr.



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	295/2018
Referência:	Processo nº C-298/1980 V3 e V4
Interessado(a):	ETEC PROFESSOR EDSON GALVÃO

EMENTA: Fixa atribuições aos formados nos anos letivos de 2015/2, 2016/2 e 2017/2 do Curso Técnico em Agropecuária da ETEC Professor Edson Galvão.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **C-298/1980 V3 e V4** que trata da revisão anual de atribuições definitivas para as turmas formadas em 2015/2, 2016/2 e 2017/2 do curso de Técnico em Agropecuária da ETEC Professor Edson Galvão. Considerando a Decisão CEA/SP nº 607/2014, da reunião de 11/12/2014, estendendo aos formandos em 2009/2 as atribuições concedidas às turmas de 2010/2, citando a Decisão CEA/SP nº 221/2014. Considerando a Decisão CEAP no 8/2014, de 03/09/2014, para que se mantenha a decisão CEA/SP no 221/2014, pelo enquadramento dos Títulos Profissionais a serem concedidos como Técnico em Agropecuária, bem como das atribuições já conferidas, às turmas de concluintes de 2010/2, 2011/2, 2012/2, 2013/2 e 2014/2 do curso Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Estadual Prof. Edson Galvão de Itapetininga – SP. Considerando que a CEA concedeu atribuições para os formados de 2009/2 e anteriormente, de 2010/2, 2011/2, 2012/2, 2013/2 e 2014/2, embora não haja descrição das referidas atribuições. Considerando a documentação anexada ao processo pela UOP, em especial: 1. Ofício no 10/2018, de 16/04/2018, da instituição de ensino, solicitando concessão de atribuições para as turmas formadas em 2015/2, 2016/2 e 2017/2, e informando que a grade curricular das turmas concluintes de 2015/2, 2016/2 e 2017/2 é a mesma, porém, sofreu alteração em relação à quela da turma formada em 2014/2. 2. Cópias das publicações no Diário Oficial do Decreto 37.735, de 27/10/1993, autorizando a transferência da ETAESG “Prof. Edson Galvão” para o CEETEPS, do Decreto 44.500, de 09/12/1999, alterando a denominação da ETESG para ETEC Prof. Edson Galvão; e das Portarias CETEC no 195, de 04/10/2013 e no 752, de 10/09/2015, aprovando os Planos do Curso, para implantação na rede de escolas do CEETEPS; 3. Cópia do Plano do Curso no 227, de 10/09/2013, aprovados pelas Portarias CETEC nº 195 e 752, contendo inclusive as justificativas e objetivos do curso, o perfil profissional de conclusão e a organização curricular, com competências, habilidades e bases tecnológicas das disciplinas; 4. Matrizes Curriculares: 2014/1 a 2015/2, 2015/1 a 2016/2 e 2016/1 a 2017/2 – todas com os mesmos elementos do Plano do Curso acima citado – carga horária total de 2.000 horas; 5. Relação nominal de docentes do curso 2014/1 a 2015/2; 2015/1 a 2016/2 e 2016/1 a 2017/2, com a respectiva informação de cadastro da UOP ; 6.

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Relação de alunos concluintes em 17/12/2015, em 15/12/2016 e em 14/12/2017; 7. Formulário B previsto na Resolução 1.073, do CONFEA – para cadastramento dos cursos da instituição de ensino, descrevendo a estrutura curricular conforme o Plano do Curso e as matrizes acima citadas. Considerando que não foram encontrados os elementos curriculares anteriores a 2014/1 a 2015/2 para comparação das alterações declaradas pela escola. Considerando a Legislação Vigente: Lei 5.194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, em especial os artigos 46, alínea “d” e 84. Considerando o art. 11 da Resolução 1007/03 do CONFEA. Considerando os artigos 3o, 4o, 5o, e 6o, da Resolução 1073/16 do CONFEA. Considerando os artigos 1o, e 2o, da Resolução 1057/14 do CONFEA. Considerando o artigo 2o, da Lei 5.524/68. Considerando os artigos 3o, 6o, e 7o, do Decreto 90922/85. Resolução No 473/02 do CONFEA que institui Tabela de Títulos Profissionais do Sistema Confea/Crea, consta o título de Técnico em Agropecuária. Considerando o CNCT (Catálogo Nacional de Cursos Técnicos) atualizado por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de dezembro de 2014 com base no Parecer CNE/CEB nº 8, de 9 de outubro de 2014, homologado pelo Ministro da Educação, em 28 de novembro de 2014. **DECIDIU: Por conceder aos formados nos anos letivos de 2015/2, 2016/2 e 2017/2 do Curso Técnico em Agropecuária da ETEC Professor Edson Galvão as atribuições “do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação”, com o título profissional de “Técnico(a) em Agropecuária” (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	296/2018
Referência:	Processo nº C-813/1980 V3
Interessado(a):	E.T.A.E. PROFESSOR DR. ANTONIO EUFRÁSIO DE TOLEDO

EMENTA: Fixa atribuições aos formados no ano letivo de 2018 do Curso de Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Estadual Prof. Dr. Antônio Eufrásio de Toledo.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **C-813/1980 V3** que trata da análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados no ano letivo de 2018 do curso de Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Estadual Prof. Dr. Antonio Eufrásio de Toledo. Considerando que as últimas atribuições concedidas pela Câmara Especializada de Agronomia para o curso em questão foram aquelas definidas através da Decisão CEA/SP nº 219/2017 da reunião de 21/09/2017, ou seja: "Por conceder aos formados no ano letivo de 2017 do Curso de Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Estadual Prof. Dr. Antônio Eufrásio de Toledo as atribuições "do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação", com o título profissional de "Técnico(a) em Agropecuária" (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02)." Considerando que a instituição de ensino informou que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2018. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e julgamento quanto ao referendo das atribuições concedidas aos formados de 2018. Considerando os artigos 46 (alínea "d") e 84 da Lei Federal nº 5.194/66; considerando o artigo 11 da Resolução Nº 1.007/03. Considerando os artigos 3º, 4º, 5º e 6º da Resolução Nº 1073/16. Considerando os artigos 1º e 2º da Resolução Nº 1.057/14. Considerando o artigo 2º da Lei Nº 5.524/68. Considerando os artigos 3º, 6º e 7º do Decreto 90.922/85. Considerando que o título "Técnico em Agropecuária" consta na Tabela de Títulos Profissionais da Resolução 473/02 - código 313-05-00. Considerando que não houve alteração na grade curricular dos formandos de 2018 em relação a 2017. DECIDIU: **Por conceder aos formados no ano letivo de 2018 do Curso de Técnico em Agropecuária da Escola Técnica Estadual Prof. Dr. Antônio Eufrásio de Toledo as atribuições "do artigo 2º da Lei Nº 5.524/68 e dos artigos 3º, 6º e 7º do Decreto Nº 90.922/85, circunscritas ao âmbito dos respectivos limites de sua formação", com o título profissional de "Técnico(a) em Agropecuária" (código 313-05-00 da Tabela de Títulos Profissionais do CONFEA - Anexo da Resolução 473/02).** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	297/2018
Referência:	
Interessado(a):	

EMENTA:

DECISÃO

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	298/2018
Referência:	Processo nº F-1217/2018
Interessado(a):	CARBONO VERDE BIOENGENHARIA E AGRONEGÓCIOS LTDA - EPP

EMENTA: Referenda o registro da empresa Carbono Verde Bioengenharia e Agronegócios LTDA - EPP com a anotação do profissional Eng. Agr. Herman Herbert Hold, sócio da empresa e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **F-1217/2018** que trata do assunto da solicitação de registro da empresa Carbono Verde Bioengenharia e Agronegócios LTDA - EPP com a anotação do profissional Eng. Agr. Herman Herbert Hold, sócio da empresa, como seu responsável técnico – segunda responsabilidade técnica do profissional, efetivado pela UGI de Registro. Considerando o objeto social da interessada é: “Serviços de engenharia ambiental (CNAE-71112-0/00); Testes e análises técnicas (CNAE-7120-1/00); Atividades de apoio à produção florestal (CNAE-0230-6/00); Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias (CNAE-7490-1/03); Extração de madeira em florestas plantadas (CNAE-0210-1/07); Extração de madeira em florestas nativas (CNAE-0220-9/01); Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas (CNAE-0161-0/01); Serviço de consultoria e assessoria ambiental e florestal (CNAE-7490-1/99); Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita (CNAE-0161-0/03); Capinação de ruas (CNAE-8129-0/00); Comércio varejista de plantas e flores naturais (CNAE-7489-0/02); Locação de plantas e flores (CNAE-7729-2/99); Cultivo de flores e plantas ornamentais (CNAE-012-9/00); Empreiteiro agrícola (CNAE-0161-0/99); Atividades paisagísticas (CNAE-8130-3/00); Representante comercial de matérias primas agrícolas (CNAE-4611-7/00); Representante comercial de defensivos agrícolas (CNAE-4612-5/00).” Considerando que a interessada requereu o registro no Conselho, indicando como responsável técnico o Eng. Agr. Herman Herbert Hold, sócio da empresa. Considerando que o profissional indicado como Responsável Técnico possui atribuições “do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea”; com horário de trabalho declarado de quarta e sexta-feira das 14h às 18h; recolheu a ART 28027230180273935 e está anotado como primeira responsabilidade técnica pela empresa Construiso Engenharia e Empreendimentos Ltda, com horário de trabalho registrado: quinta e sexta-feira das 8h às 14h. Considerando o comprovante do pagamento das taxas. Considerando o comprovante de registro da empresa, em 02/04/2018, sob o número 2142499. Considerando que a UGI efetivou o registro da empresa Carbono Verde Bioengenharia e Agronegócios LTDA - EPP com a anotação do profissional Eng. Agr. Herman Herbert Hold, como seu responsável técnico em 02/04/2018 – segunda

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

responsabilidade, e encaminhou o processo à Câmara Especializada Agronomia para manifestação da CEA/SP e posteriormente ao Plenário. Considerando o objeto social da interessada. Considerando as atribuições do profissional indicado como responsável técnico. Considerando que há compatibilidade dos horários de trabalho do profissional nas duas empresas. Considerando que a UGI de Registro já procedeu o registro da empresa. Considerando os artigos 7º, 8º, 46 – alínea “d”, 59 e 60 da Lei 5.194/66. Considerando os artigos 6º, 8º, 9º, 12, 13 e 18 da Resolução 336/89 do CONFEA. DECIDIU: **1) Pelo referendo do registro da empresa Carbono Verde Bioengenharia e Agronegócios LTDA - EPP com a anotação do profissional Eng. Agr. Herman Herbert Hold, sócio da empresa e 2) Pelo encaminhamento do processo ao Plenário do CREA-SP, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 18 da Resolução Nº 336/89 do CONFEA, por se tratar de dupla responsabilidade técnica.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	299/2018
Referência:	Processo nº PR-14332/2018
Interessado(a):	RAFAEL TSUYOSHI HIRANO

EMENTA: Indefere a interrupção do registro do profissional Engenheiro Agrônomo Rafael Tsuyishi Hirano, e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-14332/2018** que trata do assunto em referência, O presente processo trata do pedido formulado pelo Engenheiro Agrônomo Rafael Tsuyishi Hirano - Motivo apontado para a interrupção de registro: “não exercente da profissão” Constam no presente processo: Requerimento de Baixa de Registro Profissional – BRP assinado pelo interessado, Cópia da CTPS do profissional, constando sua admissão na empresa Ajinomoto do Brasil Ind. Com. Alim Ltda, em 05/09/2016, na função de Especialista Sênior Agronegócios. Informação de que não há ARTs ativas emitidas pelo profissional. Declaração da empresa, da qual destacamos que o profissional interessado exerce a função de “Especialista Sênior Agronegócios” e que são responsabilidades: - Responsável técnico pelos projetos de aplicação, através da indicação do melhor produto e dosagem para atingir os benefícios esperados pelos clientes; - Responsável pelos treinamentos técnicos dos clientes e equipe de vendas, desde a preparação e atualização do material, até o approach, follow up e reforçando o relacionamento com o cliente; - Responsável pelo suporte técnico dos testes em clientes, acompanhando os testes de aplicação in loco; - Gerar valor aos clientes, através da identificação de suas necessidades e busca de oportunidades de aplicação das soluções e especialidades da Ajinomoto; - Coordenar e acompanhar projetos científicos com universidades, sendo capaz de analisar o estudo em questão e identificar as soluções adequadas para atender os objetivos específicos do projeto; - Estar sempre atualizado em relação às legislações do Agronegócio, a fim de estar apto a responder dúvidas e orientar os clientes; - Fornecer informações técnicas para o desenvolvimento de materiais promocionais; - Elaborar políticas, objetivos, normas e procedimentos da área, com posterior revisão e aprovação do Gestor. Requisitos do Cargo: Graduação em Engenharia Agrônoma. Experiência anterior: Experiência mínima de 3 anos no agronegócio. Informações de cadastro sobre o profissional, neste Conselho, no qual se verifica que o mesmo está registrado como Engenheiro Agrônomo, com as atribuições do art. 5º da Resolução 218/73, do Confea sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.596/33. Informação quanto a inexistência de processos de ordem “SF” e “E” em nome do profissional. O processo foi encaminhado à CEA para análise e parecer sobre a interrupção de registro profissional. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 7º, 46 e 55. Considerando a Resolução Nº

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

218/73 do CONFEA, em especial os artigos 1º, 5º e 25. Considerando o Decreto 23.196/33, em especial o artigo 6º. Considerando a Lei 12.514/11, em especial o artigo 9º. Considerando a Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA, em especial os artigos 30, 31 e 32. Considerando que o profissional interessado Engenheiro Agrônomo Rafael Tsuyishi Hirano exerce o cargo de Especialista Sênior Agronegócios. Considerando o rol de responsabilidades do cargo descritas pela empresa, fl. 10. Considerando que o cargo tem como requisito a Graduação em Engenharia Agrônômica. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **1) Pelo indeferimento da interrupção do registro do profissional Engenheiro Agrônomo Rafael Tsuyishi Hirano, uma vez que o mesmo exerce atividade profissional no âmbito da Engenharia Agrônômica, portanto, afeta a fiscalização deste Conselho e 2) para que se notifique profissional para que recolha a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART de Cargo e Função.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Com a abstenção dos Conselheiros Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo e Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira. Não havendo votos contrários.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	300/2018
Referência:	Processo nº PR-14306/2018
Interessado(a):	RICARDO CORRADI DO PRADO

EMENTA: Defere a anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Ricardo Corradi do Prado, o curso de pós-graduação em Agricultura Tropical e Subtropical - Área de Concentração: Gestão de Recursos Agroambientais, realizado no Instituto Agronômico de Campinas, Campinas - SP, mantendo-se as atribuições já cadastradas.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-14306/2018** que trata do pedido de anotação de curso de Pós-graduação: Mestrado em Agricultura Tropical e Subtropical pelo profissional Eng. Agrônomo Ricardo Corradi do Prado. Considerando que o interessado apresentou cópia do Diploma, datado de 29/05/2017, que lhe conferiu o Título de Mestre em Agricultura Tropical e Subtropical – Área de Concentração: Gestão de Recursos Agroambientais, realizado no Instituto Agronômico, Campinas - SP. Cópia do diploma de graduação e histórico do curso de Eng. Agrônomo. Considerando a cópia do Diploma de Mestre em Ciências no Programa: Fitotecnia e do Histórico Escolar do referido curso. Considerando o comprovante de participação do curso de legislação da CEA. Considerando a cópia do Documento de Identidade RG; CPF; Certificado de Reservista; Título de Eleitor e comprovante de votação; comprovante de endereço. Comprovação da veracidade do diploma de Mestrado. Considerando que o interessado encontra-se registrado no CREA-SP sob nº 5070313329, com o título de Engenheiro Agrônomo e com as atribuições do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer quanto à anotação do curso de pós-graduação. Considerando a documentação constante do processo. Considerando o artigo 46 da Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Considerando os artigos 10, 45 e 48 da Resolução Nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências. Considerando o artigo 7º da Resolução Nº 1.073/16 do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia. Considerando que o interessado possui atribuições das atividades do artigo 5º da Resolução 218/73, do Confea sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33. Considerando

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

que o curso realizado foi Mestrado em Agricultura Tropical e Subtropical - Área de Concentração: Gestão de Recursos Agroambientais, que conferiu ao profissional interessado o título de Mestre em Agricultura Tropical e Subtropical. DECIDIU: **Pela anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Ricardo Corradi do Prado, o curso de pós-graduação em Agricultura Tropical e Subtropical - Área de Concentração: Gestão de Recursos Agroambientais, realizado no Instituto Agrônomo de Campinas, Campinas - SP, mantendo-se as atribuições já cadastradas.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	301/2018
Referência:	Processo nº PR-497/2018
Interessado(a):	GABRIEL RODRIGUES NASCIMENTO

EMENTA: Defere a anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Florestal Gabriel Rodrigues Nascimento a anotação do curso de especialização em Geoprocessamento Ambiental, bem como a emissão da Certidão de Inteiro Teor ao interessado, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-497/2018** que trata da análise do pedido do Engenheiro Florestal Gabriel Rodrigues Nascimento quanto à anotação do curso de pós-graduação Lato Sensu Especialização em Geoprocessamento Ambiental, realizado na Universidade de Brasília-UNB. Considerando que no histórico escolar consta que o interessado apresentou a monografia “Geoprocessamento aplicado a análise ambiental e diagnóstico da vegetação nativa nas áreas de preservação permanente da Sub-Bacia do Ribeirão dos Bagres, Franca-SP” e concluiu o curso de especialização, com carga horária de 420h (quatrocentas e vinte horas), em 2016. Considerando que: a) O profissional encontra-se registrado no CREA-SP sob nº 5063418614, com o título de Engenheiro Florestal e as atribuições do artigo 10 da Resolução 218/73, do Confea ; b) informação elaborada por Analista de Serviços Administrativos, encontram-se: Lei Federal nº 5.194/66, que Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências os dispositivos legais; Resolução nº 1.007/03 do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências; Resolução nº 1.073/16 do CONFEA, que regulamenta a atribuição de títulos, atividades, competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia; Instrução nº 2.178/92, do Crea-SP, que dispõe sobre “Anotação de cursos de Pós Graduação “LATO SENSU” em carteira profissional” e Resolução nº 218/73 do CONFEA, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Considerando que para efeito da atribuição de atividades, de competências e de campos de atuação profissionais para os diplomados no âmbito das profissões fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea, pode ser considerado o nível de formação profissional de pós-graduação lato sensu (especialização); na carteira profissional expedida pela CREA-SP poderá ser feita anotação decorrente da conclusão de curso de especialização e aperfeiçoamento (“LATO SENSU”). Considerando que a anotação de curso de pós-graduação somente será efetivada

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

após a anotação no SIC do respectivo diploma ou certificado e o título do profissional será anotado no SIC de acordo com o título indicado no diploma ou no certificado. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Pela anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Florestal Gabriel Rodrigues Nascimento a anotação do curso de especialização em Geoprocessamento Ambiental, bem como a emissão da Certidão de Inteiro Teor ao interessado, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	302/2018
Referência:	Processo nº PR-12034/2016
Interessado(a):	ANTONIO DE LIMA FILHO

EMENTA: Defere a anotação nos assentamentos do profissional Tecnólogo em Mecânica – Desenhista Projetista Antonio de Lima Filho, o curso de Pós-graduação Lato sensu: Ciência e Tecnologia do Ambiente, área de Conhecimento Ciências Agrárias da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP de Registro - SP, sem acréscimo de atribuições.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-12034/2016** que trata do pedido de anotação de curso de Pós-graduação Lato sensu: Ciência e Tecnologia do Ambiente, área de Conhecimento Ciências Agrárias pelo profissional Tecnólogo em Mecânica – Desenhista Projetista Antonio de Lima Filho. Considerando que o interessado apresentou cópia do Diploma, datado de 08/09/2016, emitido pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP de Registro - SP. Considerando o requerimento do profissional. Considerando a cópia do Diploma curso de Pós-graduação Lato sensu em Ciência e Tecnologia do Ambiente, área de Conhecimento Ciências Agrárias. Considerando a cópia do Histórico Escolar do curso em referência. Considerando o atestado de conclusão do curso. Considerando comprovante de pagamento da taxa. Considerando que o interessado encontra-se registrado no CREA-SP sob nº 0682530165, com o título de Tecnólogo em Mecânica – Desenhista Projetista e com as atribuições provisórias do artigo 23 da Resolução 218/73, do Confea, circunscritas ao âmbito da respectiva modalidade. Considerando a comprovação da autenticidade do diploma apresentado pelo profissional interessado. Considerando que o curso está cadastrado sem atribuição. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer quanto à anotação do curso Lato sensu: Ciência e Tecnologia do Ambiente, área de Conhecimento Ciências Agrárias pelo profissional Tecnólogo em Mecânica – Desenhista Projetista Antonio de Lima Filho. Considerando a Lei 5.194/66 em especial a alínea “d” do art. 46. Considerando a Resolução nº 1.007/03 do CONFEA, em especial: artigo 10, o inciso II do artigo 45 e artigo 48. Considerando a Resolução nº 1.073/16 do CONFEA, em especial o artigo 7º. Considerando que a extensão de atribuição de um grupo profissional para o outro é permitida somente no caso dos cursos stricto sensu previstos no inciso VI do art. 3º, devidamente reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e registrados e cadastrados nos Creas. Considerando a Resolução nº 218/73, em especial os artigos 1º e 23. **DECIDIU: Pela anotação nos**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

assentamentos do profissional Tecnólogo em Mecânica – Desenhista Projetista Antonio de Lima Filho, o curso de Pós-graduação Lato sensu: Ciência e Tecnologia do Ambiente, área de Conhecimento Ciências Agrárias da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP de Registro - SP, sem acréscimo de atribuições. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	303/2018
Referência:	Processo nº PR-369/2018
Interessado(a):	WASHINGTON MORIMOTO JUNIOR

EMENTA: Defere a anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Washington Morimoto Junior o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-369/2018** que trata do requerimento do profissional Engenheiro Agrônomo Washington Morimoto Junior, registrado no Crea-SP sob nº 5069138818, de anotação de curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos e emissão de Certidão de georreferenciamento. Considerando os documentos constantes do processo, em especial: - Requerimento protocolado em 27/03/2018; - Cópia do Certificado, relativo ao curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, no período de 28/09/2013 a 19/09/2015, emitido em 22/09/2016, pela UNILINS, com carga horária de 400 (quatrocentas) horas; - Cópia do Histórico Escolar, contendo a relação das disciplinas cursadas, com respectivas cargas horárias, compreendendo: - Cartografia (30h); - Sistemas de Referência (30h); - Projeções Cartográficas (30h); - Topografia Aplicada ao Georreferenciamento – I (40h); - Sistemas de Posicionamento (30h); - Metodologia Científica I (10h); - Geodésia Aplicada ao Georreferenciamento (30h); - Legislação Aplicada ao Georreferenciamento (20h); - Metodologia Científica II (10h); - Métodos e Medidas de Posicionamento Geodésico (30h); - Ajustamento das Observações Geodésicas (30h); - Aulas Práticas com GPS (60h); - Topografia Aplicada ao Georreferenciamento II (30h); - Orientação e Apresentação do TCC (20h); docentes e respectivas titulações; - Cópia da Carteira de Identidade Profissional do Crea-SP do interessado; - Comprovante de pagamento da taxa pelo serviço executado; - Informações de arquivo Resumo de Profissional em nome do interessado/requerente, constando as suas atribuições profissionais, ou seja: do artigo 5º da Resolução nº 218/73, do Confea, sem prejuízo das atribuições previstas no Decreto Federal 23.196/33; - Cópia de mensagens eletrônicas trocadas entre a UOP Andradina e a Instituição de Ensino, confirmando a conclusão do curso pelo interessado; - Informação e despacho encaminhando o processo para análise e deliberação desta Câmara quanto ao pedido. Considerando o Parecer do Eng. Cart. João Fernando Custódio da Silva pelo deferimento do requerimento de anotação do curso e indeferimento da emissão de Certidão. Considerando a Decisão da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura (CEEa) aprovando parecer do

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

relator. Considerando a Decisão PL – 1347/2008, do CONFEA, alínea d, quando os profissionais não forem Engenheiros/Tecnólogos ou Técnicos da área de Agrimensura, as solicitações serão encaminhadas para a Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, pela Câmara Especializada da modalidade do profissional e posteriormente pelo Plenário do Conselho e 1) Recomendar aos Creas que: a) as atribuições para a execução de atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais somente poderão ser concedidas ao profissional que comprovar que cursou, seja em curso regular de graduação ou técnico de nível médio, ou pós-graduação ou qualificação/aperfeiçoamento profissional, todos os conteúdos discriminados no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/ 2004, e que cumpriu a totalidade da carga horária exigida para o conjunto das disciplinas, qual seja 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme está estipulado no inciso VII do item 2 dessa mesma decisão do Confea; b) embora haja a necessidade de o profissional comprovar que cursou, nas condições explicitadas no item anterior, todas as disciplinas listadas no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, não há a necessidade de comprovação de carga horária por disciplina; c) para os casos em que os profissionais requerentes forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia ou Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados somente pela Câmara Especializada de Agrimensura; serão, entretanto, remetidos ao Plenário do Regional quando forem objetos de recurso; e d) para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional. 2) Determinar aos Creas que cancelem a concessão de atribuições para o exercício de atividades de georreferenciamento que estiver em desacordo ao entendimento acima exposto. Considerando a PL – 2087/04, do CONFEA, estabelece as condições objetivas para a concessão de atribuições profissionais em atividades de georreferenciamento de imóveis rurais. Considerando a Lei nº 5.194/66, em especial os artigos 45, 46 alínea “d” e “e”. Considerando a Resolução nº 218/73, do Confea, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em especial os artigos 1º e 5º. Considerando a Resolução nº 262/79, do Confea, que dispõe sobre as atribuições dos Técnicos de 2º grau, nas áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Considerando o Decreto nº 90.922/85, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 e que "dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau." Copnsiderando a Resolução nº 1.007/03, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, em especial os artigos 11 e 45. **DECIU: Pela anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Washington Morimoto Junior o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, bem como a emissão da Certidão de Inteiro Teor ao interessado, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	304/2018
Referência:	Processo nº PR-443/2018
Interessado(a):	LEANDRO CORAZZA RODRIGUES

EMENTA: Defere a anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Leandro Corazza Rodrigues o Curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-443/2018** que trata do requerimento do profissional Engenheiro Agrônomo Leandro Corazza Rodrigues, registrado no Crea-SP sob nº 5062069330, de anotação de curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos e emissão de Certidão de georreferenciamento. Considerando que constam do processo os seguintes documentos: - Requerimento protocolado em 04/05/2018; - Cópia do Certificado, relativo ao curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, realizado no período de 22/08/2014 a 26/09/2015, emitido em 25/02/2018, pela FATEP, com carga horária de 364 (trezentos e sessenta e quatro) horas/aula, e, no verso, a relação das disciplinas cursadas, com respectivas cargas horárias, compreendendo: - Métodos e Medidas de Posicionamento Geodésico (48h); - Topografia Aplicada ao Georreferenciamento (72h); - Ajustamentos (48h); - Metodologia do Trabalho Científico (16h); - Noções de Geoprocessamento (48h); - Legislação Aplicada ao Georreferenciamento (52h); - Cartografia (48h); - Sistemas de Referência (32h). Considerando a relação de docentes e respectivas titulações. Comprovante de pagamento da taxa pelo serviço executado. Considerando a Cópia de mensagens eletrônicas trocadas entre a UOP São Manuel e a Instituição de Ensino, confirmando a conclusão do curso pelo interessado. Considerando as informações de arquivo Resumo de Profissional em nome do interessado/requerente, constando as suas atribuições profissionais, do artigo 5º da Resolução nº 218/73, do Confea. Considerando a informação e despacho encaminhando o processo a esta Câmara "para análise da solicitação do profissional e posteriormente à Câmara Especializada de Agronomia e Plenário. Considerando o parecer do Eng. Cart. João Fernando Custódio da Silva pelo deferimento do requerimento de anotação do curso e indeferimento da emissão de Certidão. Considerando a Decisão da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura (CEEA) aprovando parecer do relator. Considerando a Decisão PL 1347/2008, do CONFEA, alínea d, quando os profissionais não forem Engenheiros/Tecnólogos ou Técnicos da área de Agrimensura, as solicitações serão encaminhadas para a Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, pela Câmara Especializada da modalidade do profissional e posteriormente

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

pelo Plenário do Conselho e 1) Recomendar aos Creas que: a) as atribuições para a execução de atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais somente poderão ser concedidas ao profissional que comprovar que cursou, seja em curso regular de graduação ou técnico de nível médio, ou pós-graduação ou qualificação/aperfeiçoamento profissional, todos os conteúdos discriminados no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/ 2004, e que cumpriu a totalidade da carga horária exigida para o conjunto das disciplinas, qual seja 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme está estipulado no inciso VII do item 2 dessa mesma decisão do Confea; b) embora haja a necessidade de o profissional comprovar que cursou, nas condições explicitadas no item anterior, todas as disciplinas listadas no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, não há a necessidade de comprovação de carga horária por disciplina; c) para os casos em que os profissionais requerentes forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia ou Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados somente pela Câmara Especializada de Agrimensura; serão, entretanto, remetidos ao Plenário do Regional quando forem objetos de recurso; e d) para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional. 2) Determinar aos Creas que cancelem a concessão de atribuições para o exercício de atividades de georreferenciamento que estiver em desacordo ao entendimento acima exposto. Considerando a PL – 2087/04, do CONFEA, estabelece as condições objetivas para a concessão de atribuições profissionais em atividades de georreferenciamento de imóveis rurais. Considerando a Lei nº 5.194/66, em especial os artigos 45, 46 alínea “d” e “e”. Considerando a Resolução nº 218/73, do Confea, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em especial os artigos 1º e 5º. Considerando a Resolução nº 262/79, do Confea, que dispõe sobre as atribuições dos Técnicos de 2º grau, nas áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Considerando o Decreto nº 90.922/85, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 e que "dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau." Considerando a Resolução nº 1.007/03, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, em especial os artigos 11 e 45. **DECIDIU: Pela anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Leandro Corazza Rodrigues o Curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, bem como a emissão da Certidão de Inteiro Teor ao interessado, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	305/2018
Referência:	Processo nº PR-335/2018
Interessado(a):	MARCELLE ROBERTA DE CASTRO

EMENTA: Defere a anotação nos assentamentos da profissional Engenheira Agrônoma Marcelle Roberta de Castro o Curso Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais “Lato Sensu”, e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-335/2018** que trata do requerimento da profissional Engenheira Agrônoma Marcelle Roberta de Castro, registrada no Crea-SP sob nº 5070091138, de anotação de curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais “Lato Sensu” e emissão de Certidão de georreferenciamento. Considerando que constam do processo os seguintes documentos: - Requerimento, protocolado em 22/03/2018; - Cópia do Certificado, relativo ao curso Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais “Lato Sensu”, emitido em 19/12/21017, pela Faculdade de Engenharia de Agrimensura de Pirassununga, com carga horária de 480 (quatrocentos e oitenta) horas; - Cópia do Histórico Escolar, contendo a relação das disciplinas cursadas, com respectivas cargas horárias, compreendendo: Introdução ao Georreferenciamento (15h); - Ajustamento das Observações (30h); - Captação de Informações do território por diferentes metodologias (30h); - Cartografia Aplicada ao Georreferenciamento (30h); - Didática do Ensino Superior (30h); - Estágio Supervisionado (30h); - Geodésia Aplicada ao Georreferenciamento (60h); - Metodologia da Pesquisa Científica (30h); - Monografia Assistida (60h); - Normas do Incra e Legislação Aplicada ao Georreferenciamento (30h); - Orçamento de Serviços em Georreferenciamento (15h); - Práticas, Coleta e Processamento de dados (90h); - Topografia Aplicada ao Georreferenciamento (30h). Considerando a relação de docentes e respectivas titulações. Considerando o comprovante de pagamento da taxa pelo serviço executado. Considerando a cópia de mensagens eletrônicas trocadas entre a UOP Barra Bonita e a Instituição de Ensino, confirmando a conclusão do curso pela interessada. Considerando as informações de arquivo Resumo de Profissional em nome da interessada/requerente, constando as suas atribuições profissionais, do artigo 5º da Resolução nº 218/73, do Confea, sem prejuízo às do Decreto Federal 23.196/33. Considerando a informação e despacho encaminhando o processo à Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, à Câmara Especializada de Agronomia a ao Plenário, para análise da solicitação da interessada. Considerando o parecer do Eng. Cart. João Fernando Custódio da Silva pelo deferimento do requerimento de anotação do curso e indeferimento da emissão de Certidão. Considerando a decisão da Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura (CEEA) aprovando parecer do relator. Considerando a Decisão PL

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

1347/2008, do CONFEA, alínea d, quando os profissionais não forem Engenheiros/Tecnólogos ou Técnicos da área de Agrimensura, as solicitações serão encaminhadas para a Câmara Especializada de Engenharia de Agrimensura, pela Câmara Especializada da modalidade do profissional e posteriormente pelo Plenário do Conselho e 1) Recomendar aos Creas que: a) as atribuições para a execução de atividades de Georreferenciamento de Imóveis Rurais somente poderão ser concedidas ao profissional que comprovar que cursou, seja em curso regular de graduação ou técnico de nível médio, ou pós-graduação ou qualificação/aperfeiçoamento profissional, todos os conteúdos discriminados no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, e que cumpriu a totalidade da carga horária exigida para o conjunto das disciplinas, qual seja 360 (trezentas e sessenta) horas, conforme está estipulado no inciso VII do item 2 dessa mesma decisão do Confea; b) embora haja a necessidade de o profissional comprovar que cursou, nas condições explicitadas no item anterior, todas as disciplinas listadas no inciso I do item 2 da Decisão nº PL-2087/2004, não há a necessidade de comprovação de carga horária por disciplina; c) para os casos em que os profissionais requerentes forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia ou Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados somente pela Câmara Especializada de Agrimensura; serão, entretanto, remetidos ao Plenário do Regional quando forem objetos de recurso; e d) para os casos em que os profissionais requerentes não forem Engenheiros Agrimensores, Engenheiros Cartógrafos, Engenheiros Geógrafos, Engenheiros de Geodésia e Topografia nem Tecnólogos/Técnicos da modalidade Agrimensura, os seus respectivos pleitos serão apreciados pela Câmara Especializada de Agrimensura, pela câmara especializada pertinente à modalidade do requerente e, por fim, pelo Plenário do Regional. 2) Determinar aos Creas que cancelem a concessão de atribuições para o exercício de atividades de georreferenciamento que estiver em desacordo ao entendimento acima exposto. Considerando a PL – 2087/04, do CONFEA, estabelece as condições objetivas para a concessão de atribuições profissionais em atividades de georreferenciamento de imóveis rurais. Considerando a Lei nº 5.194/66, em especial os artigos 45, 46 alínea “d” e “e”. Considerando a Resolução nº 218/73, do Confea, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em especial os artigos 1º e 5º. Considerando a Resolução nº 262/79, do Confea, que dispõe sobre as atribuições dos Técnicos de 2º grau, nas áreas da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Considerando o Decreto nº 90.922/85, que regulamenta a Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968 e que "dispõe sobre o exercício da profissão de técnico industrial e técnico agrícola de nível médio ou de 2º grau." Considerando a Resolução nº 1.007/03, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, em especial os artigos 11 e 45. **DECIU: Pela anotação nos assentamentos da profissional Engenheira Agrônoma Marcelle Roberta de Castro o Curso de Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais “Lato Sensu”, bem como a emissão da Certidão de Inteiro Teor à interessada, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	306/2018
Referência:	Processo nº PR-191/2018
Interessado(a):	SEVERINO ANTAS DE SOUSA

EMENTA: Defere a anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Severino Antas de Sousa o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-191/2018** que trata do requerimento do profissional Engenheiro Agrônomo Severino Antas de Souza, registrado no Crea-SP sob nº 5069352091, de anotação de curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos e emissão de Certidão de georreferenciamento. Considerando os documentos constantes do processo, em especial: - Requerimento protocolado em 24/01/2018; - Cópia do Certificado, relativo ao curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, no período de 15/09/2015 a 15/08/2016, emitido em 28/07/2016, pela FATEP, com carga horária de 364 (trezentos e sessenta e quatro) horas; - Relação das disciplinas cursadas e histórico escolar, com respectivas cargas horárias, compreendendo: - Sistemas de Referência (32h); - Métodos e Medidas de Posicionamento Geodésico (48h); - Topografia Aplicada ao Georreferenciamento (72h); - Metodologia do Trabalho Científico (16h); - Ajustamentos (48h); - Noções de Geoprocessamento (48h); - Legislação Aplicada ao Georreferenciamento (52h); - Cartografia (48h). Considerando a relação de docentes e respectivas titulações. Considerando a impressão de mensagens eletrônicas trocadas entre a UGI Oeste e a FATEP, confirmando a realização do curso pelo interessado. Considerando a impressão de Certidão de Registro e Quitação Pessoa Física, do CREA-PB, em nome do profissional, na qual consta anotação de Especialização na Faculdade de Tecnologia de Piracicaba, Data de formação em 15/08/2016. Considerando o comprovante de pagamento da taxa pelo serviço executado. Considerando as informações de arquivo Resumo de Profissional em nome do interessado/requerente, constando as suas atribuições profissionais, do artigo 5º combinado com o artigo 25, da Resolução nº 218/73, do Confea. Considerando a Decisão CEEA nº 71/2018, “Aprovar o parecer do relator, pelo indeferimento do requerimento do interessado da anotação e emissão de Certidão, para fins de assunção de responsabilidade técnica dos serviços de determinação das coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, para efeito do Cadastro Nacional - CNIR.” Considerando a Decisão CEEA nº 71/2018, o processo é encaminhado à CEA, para continuidade da análise. Considerando a Lei 5.194/1966, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, destacamos os artigos 10, 11, 27 e 46 alínea “d”. Considerando a Resolução 1007/2003, do CONFEA, que dispõe sobre o registro de profissionais, aprova os modelos e os critérios para expedição de Carteira de Identidade Profissional e dá outras providências, em especial os artigos 11 e 45. Considerando a Resolução nº 1073/16 CONFEA - Regulamenta a atribuição de títulos, atividades,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

competências e campos de atuação profissionais aos profissionais registrados no Sistema Confea/Crea para efeito de fiscalização do exercício profissional no âmbito da Engenharia e da Agronomia, em especial os artigos 1º, 3º, 7º. Considerando a Decisão PL- 2087/04, do CONFEA, que reformula a Decisão PL-0633/2003. Considerando a PL- 1347/2008, do CONFEA, que confere Atribuições profissionais para atividades de georreferenciamento de imóveis rurais. Considerando a Resolução nº 1, de 08 de junho de 2007 do Ministério da Educação – CNE/CES, da qual destacamos: “Art. 1º Os cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos por instituições de educação superior devidamente credenciadas independem de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento, e devem atender ao disposto nesta Resolução. § 1º Incluem-se na categoria de curso de pós-graduação lato sensu aqueles cuja equivalência se ajuste aos termos desta Resolução. § 2º Excluem-se desta Resolução os cursos de pós-graduação denominados de aperfeiçoamento e outros. § 3º Os cursos de pós-graduação lato sensu são abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.” Considerando a Resolução Nº 218/73 do CONFEA, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em especial os artigos 1º e 5º. DECIDIU: **Pela anotação nos assentamentos do profissional Engenheiro Agrônomo Severino Antas de Sousa o Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos, bem como a emissão da Certidão de Inteiro Teor à interessada, para efeito do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	307/2018
Referência:	Processo nº PR-11943/2016
Interessado(a):	MAURO BUOSO

EMENTA: Concede vista ao Conselheiro Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo.**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **PR-11943/2016** que trata do requerimento do profissional Engenheiro Agrônomo Mauro Buoso, registrado no Crea-SP sob nº 5069352091, de anotação de curso de Pós-Graduação em Especialização em Georreferenciamento de Imóveis Rurais e Urbanos. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia.

DECIDIU: Conceder vistas ao Conselheiro Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	308/2018
Referência:	Processo nº SF-1165/2017
Interessado(a):	ELEKTRO - ELETRICIDADE E SERVIÇOS

EMENTA: Retira de pauta para adequações do relator.**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1165/2017** que trata denuncia sobre a possível poda irregular ,em arvores em passeio público da cidade, realizada sob responsabilidade da empresa ELEKTRO- Eletricidade e Serviços S/A. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Retirado de pauta para adequações do relator.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	309/2018
Referência:	Processo nº SF-2065/2017
Interessado(a):	JNL - CONTROLE DE PRAGAS

EMENTA: Arquivo o processo SF 2065/2017**DECISÃO**

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-2065/2017** que trata da fiscalização no Hospital Independência de Piracicaba, ocasião em que foi identificado que a empresa interessada foi responsável pela Dedetização/ Desinsetização/ Desratização do Hospital. Considerando que em 09/06/2017 a empresa foi notificada para requerer o registro no CREA/SP, indicando-nos profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando que a Ficha Cadastral Simplificada da JUCESP da qual destacamos o objeto social da interessada: "Transporte de produtos perigosos; Imunização e controle de pragas urbanas; atividades relacionadas a esgoto; exceto a gestão de redes; coleta de resíduos não –perigosos e atividades de limpeza não especificadas anteriormente. Considerando a informação de que a empresa não se registrou no Conselho. Considerando a cópia da Decisão CEA/SP nº 238/2016, da qual destacamos: "A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 22 de setembro de 2016, apreciando o processo F-16131/2001 que trata do pedido de cancelamento de registro da empresa HELPINSECT HIGIENIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS LTDA. Considerando que a empresa interessada informa que está registrada no Conselho Regional de Biologia (CRBio), sob o número 1008/01. Considerando que CRBio encaminhou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, em nome do Biólogo Alfredo Rossetto Junior, CRBio 094123/01 D, renovado. Considerando a Resolução CFBio nº 227, de 18 de Agosto de 2010, que permite que biólogos estão aptos a atuar na área de controle de vetores e pragas. Considerando a RDC 52/2009, da Anvisa, na qual não determina em que conselho no qual o profissional deve estar registrado. DECIDIU: Aprovar o parecer do Conselheiro Relator à fl. 116, Em virtude do exposto, face as atividades da interessada, voto favoravelmente pelo Cancelamento do Registro da Empresa perante o CREA/SP." Considerando a cópia do Termo de Responsabilidade Técnica – Renovação do Conselho Regional de Biologia – CRBio. Considerando a cópia do Certificado de Registro da empresa interessada no CRBio. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia para análise e parecer quanto a necessidade do registro da empresa neste Regional. Considerando os artigos 7º, 8º, 45, 46 (alínea "a") e 59 da Lei 5.194/66. Considerando o artigo 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17, e 20 da Resolução 1008/04 do CONFEA. Considerando o objeto social da empresa interessada; Considerando que a empresa interessada informa que está registrada no Conselho Regional de Biologia (CRBio), sob o número 1008/01. Considerando a Decisão da

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

CEA/SP nº 238/2016, proferida no processo de registro da empresa F 16131/2001, no qual a Câmara vota favoravelmente ao Cancelamento do Registro da Empresa perante o CREA/SP. DECIDIU: **Pelo arquivamento do processo SF 2065/2017.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	310/2018
Referência:	Processo nº SF-606/2017
Interessado(a):	RAFAEL MARTINS MASSELLI

EMENTA: Concede vistas ao Conselheiro Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-606/2017** que trata da fiscalização a empresa Rafael Martins Masselli - Nome fantasia: Viveiro de Mudanças Agro Vitta, localizada na estrada Vicinal da Babilônia, João Ponce da Costa, Km 03, Bairro Chiari, São Carlos-SP que produz alface (80% da produção) e 20% restante com outras verduras e temperos. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. DECIDIU: **Conceder vistas ao Conselheiro Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordão, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP

DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	311/2018
Referência:	Processo nº SF-934/2017
Interessado(a):	VIVA FLORESTA ARVORES NATIVAS EIRELLI - ME

EMENTA: Mantém do Auto de Infração nº 30006/2017 lavrado em face da empresa Viva Floresta Árvores Nativas Eireli Ltda, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-934/2017** que trata de autuação da empresa Viva Floresta Árvores Nativas Eireli Ltda por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, uma vez que sem possuir registro no Crea-SP e constituída para realizar atividades privativas de estarem sob responsabilidade técnica/legal de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea (CULTIVO DE FLORES E PLANTAS ORNAMENTAIS; CULTIVO DE ESPÉCIES MADEIREIRASA E CULTIVO DE MUDAS EM VIVEIROS FLORESTIAS). Considerando que foi realizada fiscalização na Empresa Viva Floresta Árvores Nativas Eireli Ltda, sediada à Travessa do Retiro, 787, Cocaia, Ilhabela-SP. Considerando que em face do objeto social da empresa: Comércio varejista de plantas e flores naturais cultivo de flores e plantas ornamentais cultivo de espécies madeireiras, exceto eucalipto, acácia-negra, pinus e teca cultivo de mudas em viveiros florestais. Considerando empresa foi notificada por estar em desconformidade com o Art. 59 da Lei Federal 5.194/66. Considerando que a interessada não se regularizou, nem se manifestou até a data de 22/06/17. Considerando que em 22 de junho de 2017 foi lavrado o Auto de Infração 30006/2017. Considerando que em 05 de junho de 2017, a empresa Viva Floresta Árvores Nativas Eireli Ltda solicitou dilação de prazo de 30 dias para anotar o responsável técnico pelas atividades citadas. Considerando que a empresa apresentou nova solicitação de dilação de prazo de 30 dias exarado, em virtude do técnico indicado estar reativando e reabilitando sua situação junto ao Crea-SP. Considerando que o técnico a ser indicado era o Engº Antonio Carlos Brasiliense Carneiro. Considerando que em 25/10/2017 o Engº Antonio Carlos Brasiliense Carneiro é apresentado perante o CREA SP, como técnico responsável pela empresa Viva Floresta, bem como o registro da própria empresa. Considerando todo o histórico apresentado neste processo quanto aos fatos. Considerando a adequação da empresa em atender o preconizado no auto de infração e notificação. DECIDIU: **Pela Manutenção do Auto de Infração nº 30006/2017, com redução na multa ao valor mínimo, nos termos do parágrafo 3º do artigo 43 da Resolução 1008/04, do Confea.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	312/2018
Referência:	Processo nº SF-1462/2017
Interessado(a):	ISMAEL INACIO PRATA - ME

EMENTA: Mantém o Auto de Infração nº 44803/2017, lavrado em face da empresa Ismael Inácio Prata- ME, por infração ao artigo 59 da Lei Federal nº 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1462/2017** que trata de autuação da empresa Ismael Inácio Prata – Me por infração ao disposto no artigo 59 da Lei Federal 5.194/66. Considerando que a CAF solicitou a visita de fiscalização à empresa “Gramas Paraíso”, localizada na Avenida Lázaro Thimóteo do Amaral, no bairro Santa Cruz. Considerando o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitida em 20 de abril de 2017, da Empresa ISMAEL INÁCIO PRATA- ME, CNPJ 23.006.993/0001-04, nome fantasia “GRAMAS PARAISO”, principal atividade econômica: atividades paisagísticas; atividades econômicas secundárias: comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas. Considerando a Certidão Simplificada da Junta Comercial do estado de São Paulo, emitida em 20 de abril de 2017, da Empresa ISMAEL INÁCIO PRATA- ME, CNPJ 23.006.993/0001-04, NIRE 35130323658, objetivo social: atividades paisagísticas, plantio de mudas, manutenção de jardim, comércio de gramas e plantas, sementes e flores. Considerando o Requerimento de Empresário. Considerando o Relatório de Visita nº 8971/17, de 25 de abril de 2017 da UOP Descalvado da UGI sede São Carlos: interessado ISMAEL INÁCIO PRATA- ME; CNPJ 23.006.993/0001-04; em especial o objetivo social: Atividades paisagísticas de plantio de mudas, manutenção de jardim, comercio de gramas e plantas, sementes e flores; principal atividades: manutenção jardins, vendas plantas, gramas, paisagismo, montagem jardins. Considerando a Notificação nº 13766/17, emitida em 25 de abril de 2017 à empresa ISMAEL INÁCIO PRATA- ME para apresentar profissional habilitado para responder por suas atividades sob pena de autuação ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando a solicitação para prorrogação de prazo de trinta dias, para atender o que determina a notificação, sendo que já esta providenciando toda documentação para requerer o registro da empresa, bem como indicar o responsável técnico pela empresa. Considerando que o pedido de prorrogação de prazo foi deferido. Considerando que a empresa solicita nova prorrogação de prazo de mais trinta dias, para atender o que determina a notificação, uma vez que estamos transferindo a documentação da empresa para novo contador e já estamos providenciando toda documentação para requerer o registro da empresa, bem como indicar o responsável técnico pela empresa. Considerando que a empresa não se registrou no CREA SP. Considerando que foi lavrado o Auto de Infração nº 44803/2017, por infração ao artigo 59 da

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Lei 5.194/66 uma vez que a empresa interessada sem possuir registro no Crea-SP, apesar de notificada e constituída para realizar atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea, vem desenvolvendo atividades paisagísticas de plantio de mudas e manutenção de jardins, conforme apurado em 25/04/2017. Considerando que a empresa apresenta defesa, informando que em agosto de 2017, fez alteração de atividade e de endereço, sendo que foi orientado em agosto por atendente da Unidade do CREA de Descalvado, se o ramo de atividade fosse se vendas de plantas não necessitaria de registro, não concorda com a multa emitida em 20 de outubro de 2017, sendo dois meses após a mudança do ramo de atividades. Considerando que não foi anexado documento comprobatório da alteração do objeto social para comércio. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 45 e 59. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA, em especial os artigos 2º, 5º, 9º, 10, 11, 115, 16, 17 e 20. Considerando a Decisão Normativa nº 74, de 27 de agosto de 2004, que dispõe sobre a aplicação de dispositivos da Lei nº 5.194/66, relativos a infrações. Considerando que em consulta na internet em 06 de agosto de 2018 em: <https://www.facebook.com/gramasparaíso/>, "TUDO EM GRAMAS E PAISAGISMO PARA VOCÊE SUA EMPRESA - Estamos a mais de 10 anos no mercado de gramas e paisagismo e ainda contamos com plantio próprio". DECIDIU: **Pela manutenção do Auto de Infração nº 44803/2017, lavrado em face da empresa ISMAEL INÁCIO PRATA- ME, por infração ao artigo 59 da Lei Federal nº 5194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	313/2018
Referência:	Processo nº SF-1246/2015
Interessado(a):	TERRA E GRÃOS - COM. E IND. IMP. E EXP. DE GRÃOS LTDA.

EMENTA: Mantém o Auto de Infração Número: nº 1014/2015, lavrado por reincidência em face da empresa Terra e Grãos Comércio e Indústria Importação, Exportação de Grãos Ltda, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1246/2015** que trata de autuação por reincidência da empresa Terra e Grãos Comércio e Indústria Importação, Exportação de Grãos Ltda por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando que o processo foi instruído com cópias do processo SF 1693/09, no qual se identifica o Auto de Infração nº 2625753/2015 lavrado por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, decisão da CEA/SP nº 205/2011 e o transito em julgado deste auto. Considerando que o processo também foi instruído com cópias do processo SF 184/12, no qual se identifica o Auto de Infração nº 134/12 lavrado por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, decisão da CEA/SP nº 23/2015 pelo cancelamento do auto nº 134/2012. Considerando o Auto de Infração nº 1014/2015 lavrado, em 27/07/2015, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, “uma vez que, sem possuir registro no CREA-SP, apesar de orientada e notificada, e constituída para realizar atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema CONFEA/ CREAs, vem desenvolvendo as atividades de Pré-limpeza e secagem de cereais.” Considerando que a empresa apresenta defesa informando que pretende registrar-se no CREA-SP e já contratou os serviços de um Técnico em Agropecuária, já está preparando a documentação e quitou o boleto e por fim solicita o cancelamento do auto. Considerando que a Comissão Auxiliar de Fiscalização – CAF de Tupã delibera por aguardar o desfecho do registro para manifestar-se sobre a manutenção ao não do Auto. Considerando a consulta “Resumo de Empresa” extraída do sistema de dados do Conselho do qual destacamos que a empresa se registrou em 01/10/2015, tem como responsável técnico o Técnico em Agropecuária Valdir Domingos Ferranti e tem como objeto social: “ Comércio, Importação, Exportação de Grãos; Indústria de Ração para bovinos, equinos, caprinos, ovinos, suínos e aves; e Prestação de Serviços de Pré-limpeza, Secagem e Depósito de Grãos. Considerando que a Comissão Auxiliar de Fiscalização – CAF de Tupã delibera por realizar diligência para apurar se há atividades de industrialização de ração e que constatando a atividade que notifique para que indiquem profissional habilitado. Considerando o Relatório de Fiscalização de empresa, do qual destacamos que as atividades desenvolvidas pela empresa são “secagem e pré-limpeza de grãos (milho, em geral)” e que não está fabricando ração e por fim que a

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

empresa tem 01 secador e 01 depósito. Considerando que a Comissão Auxiliar de Fiscalização – CAF de Tupã delibera por manter o auto de infração. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia, para análise e emissão de parecer fundamentado, considerando a defesa apresentada, acerca da procedência ou não do aludido auto, opinando sobre a sua manutenção ou cancelamento, de conformidade com o disposto no artigo 20 da Resolução 1008/04 do Confea. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos: 7º, 8º, 45, 46 alínea “a” e 59. Considerando a Resolução Nº 1.008/04 do CONFEA, em especial os artigos: 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando o Auto de Infração nº 1014/2015 lavrado por infração ao artigo 59 de Lei 5.194/66, uma vez que, sem possuir registro no CREA-SP, apesar de orientada e notificada, e constituída para realizar atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema CONFEA/ CREAs, vem desenvolvendo as atividades de Pré-limpeza e secagem de cereais. Considerando que a empresa Terra e Grãos Comércio e Indústria Importação, Exportação de Grãos Ltda após a lavratura do auto de Infração procedeu o seu registro no CREA SP, regularizando a sua situação perante o Conselho. Considerando o Relatório de Fiscalização. **DECIDIU: Pela manutenção do Auto de Infração Número: nº 1014/2015, lavrado por reincidência em face da empresa Terra e Grãos Comércio e Indústria Importação, Exportação de Grãos Ltda, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, com redução da multa ao seu valor mínimo estipulado na tabela do anexo da Decisão PL-1758/2017 do CONFEA.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	314/2018
Referência:	Processo nº SF-1154/2017
Interessado(a):	APARECIDO VALENTIM BASAGLIA ME

EMENTA: Mantém o Auto de Infração nº 51.817/2018, lavrado em face da empresa Aparecido Valentim Basaglia – ME, por reincidência a infração ao artigo 59 da Lei Federal nº 5.194/66, e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1154/2017** que trata de autuação de nova reincidência da empresa Aparecido Valentim Basaglia – ME, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando que este processo foi instruído com cópias do processo SF-000851/2013, no qual identifica-se o Auto de Infração nº 214/2014, reincidência por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, e o trânsito em julgado administrativamente consignado em 25/07/2017. Considerando que para a abertura do presente processo, constam também informações de 25/07/2017 quanto à ausência do registro no Conselho da empresa e a existência do Processo SF – 2458/2009, de incidência, encerrado em 23/05/2015, e do citado SF-000851/2013. Considerando o Relatório de Fiscalização, datado de 29/11/2017, descrevendo as principais atividades desenvolvidas pela empresa “Serraria e tratamento de madeira”, tendo como responsável técnico Valéria Regina Benatti, bacharel em Química, registrada no CRQ, não possuindo profissionais registrados no CREA. Considerando o Auto de infração no 51.817/2018, emitido em 19/01/2018, por infração à Lei Federal n 5.194-66, artigo 59, reincidência, uma vez que, sem possuir registro no CREA-SP, apesar de notificada e constituída para realizar atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema Confea/Crea, vem desenvolvendo as atividades de execução serraria e tratamento de madeira, conforme apurado em 19/09/2013, com recebimento respectivo em 25/01/2018. Considerando a defesa administrativa apresentada pela empresa em 06/02/2018, esclarecendo dentre outras coisas que possui atividade básica própria na área de química de tratamento de madeira, apresentando registro no CRQ da IV Região, citando o artigo 1º da Lei Federal nº 6839/80, apresentando inclusive cópia do Certificado de Anotação de Responsabilidade técnica emitido pelo CRQ-IV Região, em 03/04/2017, referente ao seu registro naquele Órgão, tendo a profissional Valéria Regina Buratti, como responsável técnica pelas atividades da área da química. Considerando o encaminhamento do presente processo à CEA, em 09/02/2018, pela UGI de São José do Rio Preto para análise e deliberações. Considerando que a interessada demonstra perpetuar a ausência de registro no CREA, mesmo após as decisões do Plenário do Crea-SP e do Confea pela manutenção do Auto de Infração nº 214/2014, objeto do Processo SF-851/2013. Considerando o comprovante de inscrição e da Situação Cadastral da interessada na Receita

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Federal, extraída pela UGI em 02/02/2018, constando “natureza jurídica de empresa individual, com atividade econômica principal de serrarias com desdobramento de madeira. Considerando a descrição das atividades da empresa “aquisição de madeira bruta, execução de cortes, injeção de produtos químicos sob pressão em autoclave e secagem ao ar livre”. Considerando a decisão da CEA pela manutenção do Auto de Infração pela tipificação da atividade de serrarias com desdobramento de madeira. Considerando que não houve quitação do Auto de infração pela interessada, sendo portanto tomadas medidas administrativas, as quais não foram acatadas pela interessada. Considerando que a interessada, mediante sua defesa após a decisão da CEA, apresenta recurso no plenário no CREA-SP, alegando ter como atividade básica na área de química, motivo pelo qual possui registro no CRQ, que consoante a Lei Federal 6.839/80 “não cabe mais de um registro e órgão fiscalizatório”. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, artigos 7º, 8º, 45, 46 e 59. Considerando a Resolução Confea nº 1.008/07, artigos 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando a Resolução Confea nº 336/89, artigos 3º, 4º e parágrafo único. Considerando a Resolução Confea nº 417/98, artigo 1º, item 15. Considerando a Lei Federal nº 6839/80. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia. **DECIDIU: Pela manutenção do Auto de Infração nº 51.817/2018, lavrado por reincidência, por infração à Lei Federal nº 5.194-66, artigo 59, e pela obrigatoriedade de registro da empresa neste Conselho, bem como a indicação do responsável técnico legalmente habilitado na área de Engenharia Agrônômica ou Florestal.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Com os votos contrários das Conselheiras Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, e Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri. Não havendo abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	315/2018
Referência:	Processo nº SF-2330/2017
Interessado(a):	CLAUDIA E KERBER AQUICULTURA - ME

EMENTA: Cancela o Auto de Infração n.º 50988/2018 lavrado em face da empresa Cláudia e Kerber Aquicultura ME, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66 e arquivamento do processo.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-2330/2017** que trata de autuação da empresa Cláudia E Kerber Aquicultura ME, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando o Relatório de Empresa nº 09856, do qual destacam-se as atividades desenvolvidas: criação de peixes em água salgada e salobra; criação de alevinos; atividades de apoio à aquicultura em água salgada e salobra e comércio atacadista e varejista de pescados e frutos do mar. Considerando as informações sobre a Redemar Alevinos, obtidas da internet : <http://redemaralevinos.com.br> e <https://pt-br.facebook.com/RedemarAlevinos> e Revista Globo Rural de abril de 2017. Considerando o cadastro nacional de Pessoa Jurídica Cláudia E Kerber Aquicultura ME, CNPJ 07.083.564/0001-84, nome fantasia Redemar Alevinos, atividade econômica principal: criação de peixes em água salgada e salobra, atividades econômicas secundárias: atividades de apoio à aquicultura e, água salgada e salobra e comércio atacadista de pescados e frutos do mar. Considerando o Cadastro da empresa na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Considerando a notificação nº 35509/2017, para a Empresa requerer o seu registro no CREA-SP, bem como indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu responsável técnico, sob pena de autuação de acordo com o artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando que a proprietária da Empresa prestou esclarecimentos, em atenção à notificação acima, dentre os quais é responsável técnico pela interessada, cuja atividade fim é produção de peixes e, portanto, ligada à profissão de veterinária, sendo o CRMV o seu órgão fiscalizador. Considerando a consulta sobre no Sistema CREA-SP, a Empresa não providenciou o registro até 09 de janeiro de 2018. Considerando a consulta no Conselho Federal de Medicina Veterinária, nenhum registro da Empresa encontrado em 09 de janeiro de 2018. Considerando o Auto de Infração nº 50988/2018, lavrado por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, incidência, uma vez que sem possuir registro no CREA-SP, apesar de já notificada e constituída para realizar atividades privativas de estarem também sob responsabilidade técnica/legal de profissionais fiscalizados pelo Sistema CONFEA/CREA (criação de peixes em água salgada e salobra), até a presente data não efetuou a sua regularização. Considerando que em 09 de fevereiro de 2018, Cláudia Ehlers Kerber, novamente prestou esclarecimentos, em atenção a notificação e ao Auto de Infração,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

“considerando descabida a multa”, reiterando que a Lei nº 6839/80, institui no seu artigo 1º que a atividade básica da empresa é que define a obrigatoriedade de registro perante os respectivos Conselho de fiscalização profissional. Uma vez que a empresa esta sob responsabilidade fiscalizatória do CRMV-SP, regulamentada pela resolução CFMV 1165/17. Considerando que em 19 de fevereiro de 2018, Cláudia Ehlers Kerber apresenta cópia do comprovante de pagamento de taxas de registro/certidão no CRMV-SP, em 09 de fevereiro de 2018, informando que logo que seja emitido o certificado de regularidade 2018, este será encaminhado a este Conselho. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 45, 46 alínea “a” e 59. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, em especial os artigos 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando que o Auto de Infração nº 50988/2018, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, foi realizado após consulta junto ao CREA e CRMV. DECIDIU: **Pelo cancelamento do Auto de Infração n.º 50988/2018 e arquivamento do processo, já que a Empresa Cláudia E Kerber Aquicultura ME, CNPJ 07.083.564/0001-84, está registrada junto ao Conselho Regional Medicina Veterinária-SP.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	316/2018
Referência:	Processo nº SF-965/2017
Interessado(a):	SOLUTEC SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO LTDA

EMENTA: Concede vistas ao Conselheiro Eng. Agr. William Alvarenga Portela.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-965/2017** que trata de autuação da empresa Solutec Serviços de Dedetização LTDA por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. DECIDIU: **Conceder vistas ao Conselheiro Eng. Agr. William Alvarenga Portela.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	317/2018
Referência:	Processo nº SF-3001/2016
Interessado(a):	ALTA PRODUTIVA SOLUÇÃO EM MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA LTDA EPP

EMENTA: Cancela o Auto de Infração nº 50083/2017 lavrado em face da empresa Alta Produtiva Solução em Mecanização Agrícola Ltda EPP por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-3001/2016** que trata de autuação da empresa Alta Produtiva Solução em Mecanização Agrícola Ltda EPP por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando que o presente processo foi iniciado a partir de ação de ação da fiscalização, Relatório de Fiscalização nº 3594. Considerando a cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, empresa localizada em Ourinhos - SP, do qual destacamos dentre as atividades secundárias da empresa, as seguintes atividades: Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; Atividades de apoio a agricultura não especificados anteriormente e Serviços de preparação de terreno, cultivo e colheita. Considerando a Cópia da Ficha cadastral simplificada da JUCESP, empresa localizada em Andira - PR, da qual destacamos o objeto social da empresa interessada: não foi cadastrado. Considerando que verifica-se no campo arquivamentos "objeto destacado de serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, comércio a varejo de peças e acessórios para veículos automotores, comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes de peças e carga e descarga". Considerando a cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, do qual verificamos que houve alteração das atividades econômicas da empresa interessada. Considerando a cópia do Contrato Social, registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo e do estado do Paraná, do qual destacamos que houve alteração do objeto social da empresa. Considerando em especial as seguintes atividades do objeto social: prestação de serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; Prestação de Serviços para Solução em Mecanização Agrícola; Prestação de Serviços de colheita de produtos agrícolas, preparação de terreno para fins de plantio e transplante de mudas. Considerando que a empresa criou um estabelecimento filial na cidade de Ourinhos – SP. Considerando que a empresa foi notificada, em 14/01/2016 para requerer o registro no CREA e indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando que a empresa foi novamente notificada, em 28/06/2016 para requerer o registro no CREA e indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando a informação de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

06/11/2017 da Fiscalização de que foi diligenciado ao endereço da empresa para preenchimento de Relatório de Fiscalização de Empresa e entregar notificação para registro de pessoa jurídica. Considerando que a empresa interessada não se encontra mais no endereço e que o local encontra-se visivelmente desocupado. Considerando que foi lavrado o Auto de Infração nº 50083/2017, em 18/12/2017, por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, sem possuir registro no Crea-SP, apesar de notificada, e constituída para realizar atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo sistema Confea/ Crea, vem desenvolvendo as atividades de Serviço de Preparação de Terreno, cultivo e colheita, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, conforme apurado em 15/12/2015. Considerando que a empresa interessada não se registrou no CREA-SP e não pagou o boleto referente a multa. Considerando que o processo foi encaminhado à CEA para análise e emissão de parecer fundamentado, à revelia do autuado, acerca da procedência ou não do aludido auto, opinando sobre a sua manutenção ou cancelamento, de conformidade com o disposto nos artigos 16 e 20 da Resolução 1008/04 do Confea. Considerando os artigos 6º (alínea “e”), 7º, 8º, 45, 46 (alínea “a”) e 64 da Lei 5.194/66. Considerando a Resolução 1008/04, do CONFEA. Considerando que o Auto de Infração nº 50083/2017 cita como infração que a empresa “vem desenvolvendo as atividades de Serviço de Preparação de Terreno, cultivo e colheita, serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores, conforme apurado em 15/12/2015”. Considerando que a lavratura do Auto foi realizada com a utilização de citações genéricas, sem a apresentação de fatos concretos após a diligência no endereço da empresa, efetuada no dia 06/11/2017, na qual se constatou que “a mesma não mais se encontra no local, que visivelmente, encontra-se desocupado”. E que consta no auto que a situação foi apurada em 15/12/2015, ou seja, 02 anos antes da lavratura do auto. Considerando que não foi identificado no processo relatório de fiscalização que comprove a ocorrência de atividade técnica executada pela interessada nos termos que estabelecem o parágrafo único do artigo 2º e o artigo 5º - inciso III da Resolução 1.008/04 do CONFEA, e portanto, o referido Auto não pode prosperar por não atender ao que estabelece o Inciso IV do Art. 11 da Resolução Nº 1.008/04 do CONFEA: Art. 11. O auto de infração, grafado de forma legível, sem emendas ou rasuras, deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações: (...) IV – identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre a sua localização, nome e endereço do contratante, indicação da natureza da atividade e sua descrição detalhada; (...); VII - descrição minuciosa dos fatos que configurem infração à legislação profissional; e Considerando o Inciso I do Art. 52 da Resolução Nº 1.008/04 do CONFEA: Art. 52. A extinção do processo ocorrerá: I – quando a câmara especializada concluir pela ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. **DECIDIU: Pelo cancelamento do Auto de Infração nº 50083/2017 e arquivamento do presente processo.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José



Fls. Nº _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	318/2018
Referência:	Processo nº SF-1562/2017
Interessado(a):	AMBIENTE CONTROLE DE PRAGAS URBANAS

EMENTA: Cancela o Auto de Infração nº 38.514/2017 lavrado em face da empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1562/2017** que trata de autuação da empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66. Considerando a realização de “Fiscalização de Empreendimento em Funcionamento”, realizado na Empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda, em Votorantim-SP. Considerando que foi verificado que as atividades de dedetização/desinsetização sob responsabilidade da Empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda, CNPJ 03.101.403/0001-15, de Barueri-SP. Considerando Ficha cadastral simplificada da Junta Comercial do Estado de São Paulo da Empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda, CNPJ 03.101.403/0001-15, objetivo social: imunização e controle de pragas urbanas e atividades de limpeza não especificados anteriormente. Considerando a consulta no sistema de dados do CREA-SP, não consta o registro da Empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda, CNPJ 03.101.403/0001-15. Considerando a Notificação nº 30567/2017, para que a empresa requera o seu registro no CREA-SP, indicando profissional legalmente habilitado para ser anotado como seu responsável técnico, sob pena de autuação de acordo com o artigo 59 da Lei 5.194/66, face a irregularidade: exercício ilegal da profissão, pessoa jurídica sem registro no Conselho, atividade: execução dedetização. Considerando que em 28 de agosto a UGI de Sorocaba lavrou o Auto de Infração nº 38.514/2017, por infração à Lei nº 5.194/66, artigo 59, incidência, uma vez que sem possuir registro no CREA-SP, apesar de notificada e constituída para realizar atividades privativas de profissionais fiscalizados pelo Sistema CONFEA/CREA, vem desenvolvendo as atividades de Dedetização no Carrefour, conforme apurado em 23 de maio de 2017. Considerando as Copias de e-mail entre a Empresa e a UGI de Sorocaba, datados de 11 de setembro de 2017, informando que a Empresa está devidamente cadastrada junto a vigilância sanitário e junto ao Conselho Regional de Biologia 1ª Região. Considerando o Termo de Responsabilidade Técnica Renovação, emitido pelo Conselho Regional de Biologia-1ª Região (SP, MT MS) - CRBio1, datado de 20 de fevereiro de 2017, com validade até 31 de março de 2018, que a Bióloga Marcia Aparecida de Oliveira Souza-CRBio 02347/01D, na área de zoologia, certificando que se encontra sob sua responsabilidade a Empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda. Considerando o Termo de Responsabilidade Técnica Renovação, emitido pelo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Conselho Regional de Biologia-1ª Região (SP, MT, MS) -CRbio1, datado de 20 de fevereiro de 2017, com validade até 31 de março de 2018, que o Biólogo Ezequiel Sibnor Dal Pupo -CRBio 061725/01D, na área de zoologia, certificando que encontra-se sob sua responsabilidade a Empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda, Registro CRbio 000127/01. Certificado de Registro do Conselho Regional de Biologia-1ª Região, datado de 14 de janeiro de 2015, foi homologado o Registro da Empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda EPP, sob o nº 127/01 em 09 de junho de 2000. Considerando a Lei 5.194/66, em especial os artigos 7º, 8º, 45, 46 alínea "a" e 59. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA, em especial os artigos 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. **DECIDIU: Pelo cancelamento do Auto de Infração n.º 38.514/2017 o Auto de Infração n.º 38.514/2017 lavrado em face da empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda por infração ao artigo 59 da Lei 5.194/66, uma vez que a Empresa Ambiente Controle de Pragas Urbanas Ltda, CNPJ 03.101.403/0001-15 está devidamente registrada no Conselho Regional de Biologia-1ª Região, sob o nº 127/01.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzani, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	319/2018
Referência:	Processo nº SF-1581/2017
Interessado(a):	BRASANITAS-EMPRESA BRAS. DE SANEAMENTO

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 38.894/2017, lavrado em face da empresa BRASANITAS – EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMERCIO LTDA, por infração ao artigo 1º da Lei Federal nº 6.496/77.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1581/2017** que trata de autuação da empresa BRASANITAS – EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMERCIO LTDA, por infração ao artigo 1º da Lei Federal nº 6.496/77. Considerando o Relatório de “Fiscalização de Empreendimento em Funcionamento”, referente à diligência procedida em 18.05.2017 no Hospital UNIMED Itapetininga, de onde se destacam as atividades de limpeza/higienização a cargo da interessada, sediada em Carapicuíba, SP. Considerando a Tela “Resumo de Empresa”, na qual se verifica que a interessada está registrada no Conselho desde 20.08.1975, com a anotação do Engenheiro Agrônomo Guilherme Guimarães Gonçalves (empregado) e do Engenheiro Civil Euclydes Varella Filho (contratado); tem restrição de atividades: exclusivamente para atividades na área da Engenharia Civil e Agronomia. Considerando a Tela “Consulta de ART” – nenhum registro de ART ativa encontrado em nome da interessada. Considerando que em 13.06.2017, a UGI/Sorocaba notificou a interessada (Notificação nº 26.825/2017) para, no prazo de 10 dias, apresentar cópia da ART referente ao serviço técnico realizado no Hospital UNIMED Itapetininga – AR respectivo datado de 03.08.2017. Considerando que em 30.08.2017, a agente fiscal da UGI lavrou o Auto de Infração nº 38.894/2017, em nome da interessada, por infração à Lei Federal nº 6.496/77, artigo 1º, incidência, uma vez que apesar de notificada, não procedeu ao registro da ART perante este Conselho, referente à manutenção de limpeza e higienização hospitalar no Hospital UNIMED Itapetininga, conforme apurado em 18.05.2017 - AR respectivo datado de 19.09.2017. Considerando que a informação de que não foi apresentada defesa contra o auto de infração tendo decorrido em 29.09.2017 o prazo legal para defesa. Considerando que não foi localizada informação de pagamento da referida autuação; e que a empresa não registrou a referida ART. Considerando que 01.03.2018 a UGI/Sorocaba encaminha o presente processo à CEA, para emissão de parecer fundamentado, à revelia do autuado, manifestando-se pela manutenção ou cancelamento do auto 38.894/2017, em conformidade com o disposto nos artigos 16 e 20 da Resolução 1008/04, do Confea. Considerando a Lei Federal nº 5.194/66, em especial o artigo 45. Considerando a Lei Federal 6.496/77, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia; autoriza a criação, pelo

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências, em especial os artigos 1º, 2º e 3º. Considerando a Resolução nº 1.025/09 do CONFEA, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências, em especial os artigos 4º e 46. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, em especial os artigos 2º, 9º, 16, 17 e 20. Considerando que: - nenhum registro de ART foi encontrado em nome da empresa BRASANITAS – EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMERCIO LTDA, sendo autuada por infração ao artigo 1º da Lei Federal nº 6.496/77. Considerando que apesar de notificada, a empresa não realizou registro de ART neste Conselho, referente a serviços prestados no Hospital UNIMED Itapetininga e não apresentou defesa contra o auto de infração. DECIDIU: **Pela manutenção do Auto de Infração nº 38.894/2017, lavrado em face da empresa BRASANITAS – EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO E COMERCIO LTDA, por infração ao artigo 1º da Lei Federal nº 6.496/77 em conformidade com o disposto no artigo 20 da Resolução 1008/04, do Confea.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarete Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	320/2018
Referência:	Processo nº SF-1775/2017
Interessado(a):	ALCANCE DEDETIZADORA LTDA-ME

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 41.502/2017 lavrado em face da empresa Alcance Dedetizadora LTDA - ME, por infração ao artigo 1º da Lei Federal nº 6.496/77.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1775/2017** que trata de autuação da empresa Alcance Dedetizadora LTDA - ME, por infração ao artigo 1º da Lei Federal nº 6.496/77. Considerando o Relatório de “Fiscalização de Empreendimento em Funcionamento”, referente à diligência procedida em 16.05.2017 no Centro Educacional de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), no qual se destacam as atividades de dedetização/desinsetização/desratização a cargo da interessada - CNPJ 07.976.407/0001-01, sediada em Sorocaba, SP. Considerando a Tela “Resumo de Empresa”, na qual se verifica que a interessada está registrada neste Conselho desde 23.05.2006, contudo, sem responsabilidade técnica ativa; está em débito com suas anuidades desde 2011, e com as parcelas 1 a 6 das anuidades de 2009 e 2010 (em cobrança judicial). Considerando o objetivo social: prestadora de serviços em desinsetização, desratização e similares no controle de vetores e pragas urbanas e desentupimento em geral. Considerando o Auto de Infração nº 41.502/2017, em nome da interessada, por infração à Lei Federal nº 6.496/77, artigo 1º, incidência, uma vez que apesar de notificada, não procedeu ao registro da ART perante este Conselho, referente à execução de dedetização/desinsetização/desratização no CEETEPS, conforme apurado em 16.05.2017 – AR respectivo datado de 10.10.2017. Considerando que não foi apresentada defesa contra o auto de infração tendo decorrido em 20.10.2017 o prazo legal para defesa e que não foi localizada informação de pagamento da referida autuação. Considerando o Lei Federal nº 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, em especial o artigo 45. Considerando a Lei Federal 6.496/77, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia; autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CONFEA, de uma Mútua de Assistência Profissional, e dá outras providências, em especial os artigos 1º, 2º e 3º. Considerando a Resolução nº 1.025/09 do CONFEA, que dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica e o Acervo Técnico Profissional, e dá outras providências, em especial os artigos 4º e 46. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, em especial os artigos 2º, 9º, 16, 17 e 20. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

DECIDIU: Pela manutenção do Auto de Infração nº 41.502/2017, em conformidade com o disposto no artigo 20 da Resolução 1008/04, do Confea. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	321/2018
Referência:	Processo nº SF-52/2018
Interessado(a):	CELIO CABRAL FADIGA FILHO-GRAMAS - ME

EMENTA: Determina a diligência à empresa Celio Cabral Fadiga Filho Gramas ME para elaboração de Relatório de Fiscalização e após a elaboração do referido relatório restituir o processo à Câmara Especializada de Agronomia.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-52/2018** que trata de autuação da empresa Celio Cabral Fadiga Filho-Gramas-ME por infração à alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando que em 04/08/2016 a empresa foi notificada para indicar-nos profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando a consulta “Resumo de Empresa” extraída do sistema de dados do Conselho, da qual destacamos o objeto social: “Comércio varejista de plantas, flores naturais, gramas e produtos de jardinagem em geral e prestação de serviços de jardinagem e plantação de gramas em geral; serviços combinados para apoio a edifícios (recepção, portaria e limpeza), atividades de apoio a agricultura, fornecimento de máquinas agrícolas com operador.” Considerando a Informação do Término da Responsabilidade Técnica, a pedido do profissional em 04/08/2016. Considerando a Ficha Cadastral da Jucesp. Considerando que no final do ano de 2017 a empresa foi novamente notificada para indicar-nos profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando o Auto de Infração nº 50964/2018 lavrado, em 09/01/2018, por infração a alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66, apesar de notificada, “vem desenvolvendo as atividades registradas no Objetivo Social de Obras e terraplanagem; atividades paisagísticas, sem a devida anotação de responsável técnico, conforme apurado em 04/08/2016”. Considerando a informação de que a multa não foi paga. Considerando que o processo foi encaminhado à Câmara Especializada de Agronomia, para análise e emissão de parecer fundamentado, considerando a defesa apresentada, acerca da procedência ou não do aludido auto, opinando sobre a sua manutenção ou cancelamento, de conformidade com o disposto nos artigos 16 e 20 da Resolução 1008/04 do Confea. Considerando os artigos 6º (alínea “e”), 7º, 8º, 45, 46 (alínea “a”) e 64 da Lei 5.194/66. Considerando a Resolução 1008/04 do CONFEA. Considerando que o Auto de Infração Nº 50964/2018 cita como infração que “vem desenvolvendo as atividades registradas no Objetivo Social de Obras e terraplanagem; atividades paisagísticas, sem a devida anotação de responsável técnico, conforme apurado em 04/08/2016”. Considerando que a lavratura do Auto foi realizada com a utilização de citações genéricas, sem a apresentação de fatos concretos. Considerando que

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

não foi identificado no processo relatório de fiscalização que comprove a ocorrência de atividade técnica executada pela interessada nos termos que estabelecem o parágrafo único do artigo 2º e o artigo 5º - inciso III da Resolução 1.008/04 do CONFEA, e portanto, o referido Auto não pode prosperar por não atender ao que estabelece o Inciso IV do Art. 11 da Resolução Nº 1.008/04 do CONFEA: Art. 11. O auto de infração, grafado de forma legível, sem emendas ou rasuras, deve apresentar, no mínimo, as seguintes informações: (...) IV – identificação da obra, serviço ou empreendimento, com informação sobre a sua localização, nome e endereço do contratante, indicação da natureza da atividade e sua descrição detalhada; (...); VII - descrição minuciosa dos fatos que configurem infração à legislação profissional. Considerando que a empresa permanece sem responsável técnico. DECIDIU: **Por diligenciar à empresa Celio Cabral Fadiga Filho Gramas ME para elaboração de Relatório de Fiscalização e após a elaboração do referido relatório restituir o processo à Câmara Especializada de Agronomia.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	322/2018
Referência:	Processo nº SF-2370/2017
Interessado(a):	TAGGEO ENGENHARIA LTDA

EMENTA: Mantem Auto de infração nº 50.004/2017 lavrado em face da empresa Taggeo Engenharia Ltda por infração à alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-2370/2017** que trata de autuação da empresa Taggeo Engenharia Ltda por infração à alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66. Considerando cópia de folhas do processo F-2644/2014, encaminhando diligência para notificar a empresa pela falta de Responsável Técnico. Considerando a ficha cadastral da empresa com o objeto social: “Serviços de Engenharia; Serviços de cartografia, topografia e geodésia. Considerando o cancelamento da anotação do Responsável Técnico Tiago Rodrigues Bovo, em 04/05/2017 constando no campo Motivo do Término a descrição “A PEDIDO DA EMPRESA”. Considerando a notificação 40.995/2017 de 19/09/2017, indicando prazo de 10 dias para indicação de profissional legalmente habilitado para ser anotado como responsável técnico pelas atividades constantes em seu objetivo social, sob pena de autuação por infração a alínea “e” do art.6º da lei 5195/66. Considerando o Resumo da empresa extraído do sistema de dados do Conselho, no qual se verifica que a empresa está registrada desde 2014, sem anotação de responsável técnico, com objeto social: prestação de serviços de engenharia ambiental, engenharia agrária, supervisão e gerenciamento de projeto e serviços de topografia” com a restrição: exclusivamente para exercer suas atividades na área de engenharia Agrônômica, conforme atribuição do profissional indicado. Considerando o Auto de Infração nº 50004/2017 a alínea “e” do art.6º da lei 5195/66, incidência, uma vez que, apesar de notificada, a empresa vem desenvolvendo suas atividades registradas no objeto social de serviços de engenharia, serviços de cartografia, topografia e geodesia, sem a devida anotação de responsável técnico, conforme apurado em 28/06/2017. Considerando que o Engenheiro Agrônomo Luiz Antônio do Amaral Jorge Filho, por meio de protocolo 12.395, informa que é o atual responsável técnico da empresa, e solicita o cancelamento da multa justificando que não houve prejuízos ao conselho e o antigo responsável técnico não havia comunicado a empresa da baixa na Responsabilidade Técnica. Considerando a Certidão de anotação de Responsabilidade Técnica pelo profissional Luiz Antonio do Amaral Jorge Filho com início em 23/01/2018. Considerando o Resumo da empresa extraído do sistema de dados do Conselho, no qual se verifica que a empresa está registrada e consta em seu quadro técnico o profissional Luiz Antonio do Amaral Jorge Filho, responsável técnico, e o objeto social: prestação de serviços de engenharia ambiental, engenharia agrária, supervisão e gerenciamento de projeto e serviços de

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

topografia” com a restrição: exclusivamente para exercer suas atividades na área de engenharia Agrônômica, conforme atribuição do profissional indicado. Considerando a Lei 5.194/66 nos seus Art. 6º, Art. 8º, Art. 45. Considerando a resolução 1008/04 do CONFEA Art.02, Art.11 par.2 e Art.15. DECIDIU: **Pela manutenção do Auto de infração nº 50.004/2017 lavrado em face da empresa Taggeo Engenharia Ltda por infração à alínea “e” do artigo 6º da Lei 5.194/66.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	323/2018
Referência:	Processo nº SF-1104/2017
Interessado(a):	SOLUMVERDE SOLUÇÕES AMBIENTAIS INTEGRADAS LTDA ME

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 33775/2017 lavrado em face da empresa Solumverde Soluções Ambientais Integradas LTDA ME por infração ao artigo 58 da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-1104/2017** que trata de autuação da empresa Solumverde Soluções Ambientais Integradas LTDA ME por infração ao artigo 58 da Lei 5.194/66. Considerando a cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, da qual destacamos que as atividades principais da empresa são: atividades paisagísticas e as atividades secundárias são: Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita; Atividades de apoio a produção florestal; Conservação de florestas nativas e Comercio varejista de plantas e flores naturais. Considerando a cópia do 4º Termo de Aditamento do Contrato de Empreitada preços Global – subcontratação parcial, celebrado entre a empresa Sub contratante Neopav Engenharia Pavimentação e Infraestrutura Ltda e a interessada, na qualidade de subcontratada: Solumverde Soluções ambientais Integradas Ltda – ME. Considerando a cópia do contrato de prestação de serviços celebrado entre a Neopav Engenharia Pavimentação e Infraestrutura Ltda e a interessada para as atividades de “execução de serviços de Hidrossemeadura com preparo de solo na obra Intervias SP ITV – ENG 059-00/2016 – Itapira. Considerando o Auto de Infração nº 33775/2017 lavrado, em 18/07/2017, por infração ao artigo 58 da Lei 5.194/66, uma vez que sem possuir o competente “VISTO” do CREA-SP, realizou as atividades de Execução de Serviços, de Hidrossemeadura com Preparo de Solo, na Obra Intervias SP IVT-ENG 059-00/2016 – Itapira/SP, conforme apurado junto ao contrato de prestação de serviços, fl. 15. Informação de que a multa foi paga, e que a empresa não procedeu o registro. Considerando os artigos 7º, 8º, 45, 46 (alínea “a”) e 58 da Lei 5.194/66. Considerando o artigo 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17, e 20 da Resolução 1008/04 do CONFEA. Considerando o objeto social da empresa interessada. Considerando que a empresa interessada realizou atividades no estado de São Paulo, sem o competente visto. Considerando que o Auto de Infração 33775/2017 lavrado, em 18/07/2017, por infração ao artigo 58 da Lei 5.194/66, uma vez que sem possuir o competente “VISTO” do CREA-SP, realizou as atividades de Execução de Serviços, de Hidrossemeadura com Preparo de Solo, na Obra Intervias SP IVT-ENG 059-00/2016 – Itapira/SP, conforme apurado junto ao contrato de prestação de serviços. **DECIDIU: pela manutenção do Auto de Infração Nº 33775/2017 lavrado em face da empresa Solumverde Soluções Ambientais Integradas LTDA ME por infração ao artigo 58 da Lei**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

5.194/66. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	324/2018
Referência:	Processo nº SF-933/2017
Interessado(a):	ILHABELA . ORG

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 29999/17 lavrado em face da organização Ilhabela.org por infração ao artigo 60 da Lei 5.194/66 e dá outras providências.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-933/2017** que trata de autuação da organização Ilhabela.org por infração ao artigo 60 da Lei 5.194/66. Considerando que foi fiscalizada as atividades da Organização Ilhabela.org, sediada à Rua do Retiro, 787, Retiro Cocaia, Ilhabela-SP. Considerando organização foi notificada por estar em desconformidade com o Art. 60 da Lei Federal 5.194/66. Considerando que a organização governamental “se encontra desempenhando atividades na área técnica/ambiental tais como apoio à viveiro e projetos de recuperação de em florestas em áreas desmatadas”. Assim sendo foi emitida a notificação número 14.457/2017, exigindo o registro da organização no sistema Confea/Crea, bem como da anotação de responsável técnico pelas atividades citadas, sob pena de autuação, em 16 de maio de 2017, no prazo de 10 dias. Considerando que a interessada não se regularizou, nem se manifestou até a data de 22/06/17. Considerando que foi lavrado o Auto de Infração 29999/2017 por infração ao artigo 60 da Lei 5.194/66. Considerando que a organização apresenta defesa destacando que a empresa Viva Floresta Árvores Nativas Eireli Ltda deve ser a única responsável pelas atividades técnicas citadas e que a “as iniciativas de restauração florestal são apenas algumas das atividades da organização”. Considerando que a organização Ilhabela.gov apresenta uma série de trabalhos de outras empresas e profissionais em sua defesa. Considerando todo o histórico apresentado neste processo quanto aos fatos. Considerando a não observância aos prazos para recursos anteriores pela denunciada. Considerando as alegações e argumentações não sustentáveis apresentadas pelo denunciado, já que o artigo 60 da Lei Federal 5.194/66 prevê a obrigatoriedade de registro no Crea-SP, além da apresentação de responsável técnico. Considerando que as práticas de “restauração florestal e recuperação florestal de áreas degradadas” são atividades que requerem responsáveis técnicos do Sistema Confea/Crea, ainda que que não sejam as únicas atividades da organização. **DECIDIU: Pela manutenção do Auto de Infração nº 29999/17 lavrado em face da organização Ilhabela.org por infração ao artigo 60 da Lei 5.194/66, além da exigência de registro da Organização Ilhabela.gov junto ao Crea-SP e anotação de responsável técnico devidamente habilitado junto a este Conselho.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	325/2018
Referência:	Processo nº SF-258/2017
Interessado(a):	ASSOCIAÇÃO DOS FORNECEDORES DE CANA DE CATANDUVA

EMENTA: Mantem o Auto de Infração nº 4517/2017 lavrado em face da Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Catanduva por infração ao artigo 60 da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-258/2017** que trata de autuação da Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Catanduva por infração ao artigo 60 da Lei 5.194/66. Considerando que o processo foi iniciado a partir de denúncia online informando que a Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Catanduva tem engenheiros em seu quadro de funcionários, mas não consta o registro da associação no CREA SP. Considerando a Cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Considerando a informação do site da Associação. Considerando que a Associação foi notificada para apresentar cópia do Estatuto Social; Relação dos profissionais constando: nome, cargo, função, formação e número do CREA; Relação dos departamentos de assistência da associação e informação das atividades relativas às áreas de agronomia e agrimensura que a associação fornece aos seus associados. Considerando o Relatório de Fiscalização do qual destacamos a descrição das principais atividades desenvolvidas pela associação: "Assistência de engenheiro agrônomo e agrimensor que dão assistência a campo desde implementos agrícolas até indicação de defensivos agrícolas por meio de orientação, sem prescrição de receitas. Há prestação de serviço na área de topografia e curva em nível." E outras informações registradas: "A associação não executa serviços aos associados, somente fornece assistência de profissionais. Há alguns departamentos técnicos: topografia e agrônomo." Considerando que a associação apresenta a relação de funcionários e o respectivo registro no CREA. Considerando o Estatuto da associação. Considerando a Declaração de Utilidade Pública da associação e Atestado de Registro no Conselho Nacional de Serviço Social. Considerando a informação quanto ao registro dos profissionais da Associação. Considerando que a associação foi notificada para requerer o registro no CREA e indicar profissional legalmente habilitado para ser anotado como Responsável Técnico. Considerando o Auto de Infração nº 4517/2017 lavrado, em 20/02/2017, por infração ao artigo 60 da Lei 5.194/66, uma vez que não possui registro no CREA-SP. Considerando que apesar de orientada e notificada, vem desenvolvendo, por meio de sua seção técnica, as atividades de assistência técnica nas áreas de agronomia e agrimensura, nas áreas de laboratório de análises de solos, centro tecnológico, laboratório de sacarose, topografia, tratamento técnico e controle de pragas, no endereço Rua Antônio Girol,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

nº 150 – bairro Parque Glória I, CEP 15807-000 – Catanduva/SP, conforme apurado em 26/10/2016. Considerando a Lei 5.194/66, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, em especial os artigos 7º, 8º, 45, 59 e 60. Considerando a Resolução Nº 1.008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, e, em especial os artigos 2º, 5º, 9º, 10, 11, 15, 16, 17 e 20. Considerando que o processo foi destacado e discutido pela Câmara Especializada de Agronomia.

DECIDIU: Pela manutenção do Auto de Infração nº 4517/2017 lavrado em face da Associação dos Fornecedoros de Cana da Região de Catanduva por infração ao artigo 60 da Lei 5.194/66. Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glaucio Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Percin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP****DECISÃO DA CÂMARA ESPECIALIZADA DE AGRONOMIA**

Reunião Ordinária nº	558
Decisão CEA/SP nº	326/2018
Referência:	Processo nº SF-2821/2016
Interessado(a):	EIJIMA & KONISHI LTDA

EMENTA: Cancela o Auto de Infração nº 3390/2017 lavrado em face da empresa da empresa Eijima & Konishi LTDA por infração ao parágrafo único do artigo 64 da Lei 5.194/66.

DECISÃO

A Câmara Especializada de Agronomia, reunida em São Paulo, no dia 20 de Setembro de 2018, apreciando o processo **SF-2821/2016** que trata da autuação da empresa Eijima & Konishi LTDA por infração ao parágrafo único do artigo 64 da Lei 5.194/66. Considerando que o processo inicia-se com cópias do processo SF 6021/1991. Considerando a decisão CEA/SP nº 522/2012 do processo nº SF-6021/1991 – Infração a Alínea “a” do artigo 6 da Lei 5194/66: “no momento não cabe registro da interessada ou exigência de Responsável Técnico pelas atuais atividades que desenvolve, portanto somos: 1) Pela providência de nova fiscalização das atividades desenvolvidas pela interessada após dois anos.2) Pelo acompanhamento da UGI Leste, da quitação das demais parcelas pendentes das anuidades em débito da interessada, quando então registrada no sistema, face ao informado às fls 144”. Considerando o relatório de resumo da empresa. Considerando a ficha cadastral simplificada da empresa extraída das informações para NIRE 35201247401 com atualização até 08/10/2015, destacando-se os seguintes aspectos: a) na sessão de 11/12/2001 houve alteração do nome empresarial para Agro Konishi LTDA e alteração da atividade econômica/objeto social da sede para Comércio Varejista de Produtos Saneantes Domissanitários b) na sessão de 08/10/2015 alteração com a retirada da sociedade de Yoko Eijima Konishi e Kiyomi Konishi e com a admissão de Alfredo Kenshi Oka e Celso Kenji Konishi; c) enquadramento de EPP – empresa de pequeno porte. Considerando o comprovante de inscrição e de situação cadastral emitida em 17/11/2015. Considerando o relatório de fiscalização o qual relata que encontrou defensivos agrícolas na loja, porém em compartimento trancado e o fiscalizado argumentou que não está comercializando por não ter um engenheiro agrônomo responsável. Considerando a decisão CEA/SP nº 116/2016 “pela necessidade de Registro da Empresa supra citada junto ao CREA-SP, com a apresentação de Responsável Técnico devidamente habilitado, com registro também junto a esse Conselho Regional”. Considerando a notificação à empresa para requerer seu registro junto ao CREA/SP com anotação de responsável técnico, profissional legalmente habilitado. Considerando a defesa da Agro Konishi Ltda, argumentando que não infringiu nenhum artigo, pois, não comercializa agrotóxicos ou quaisquer outros produtos que necessitem o controle e supervisão de profissional habilitado. Considerando a consulta resumo da empresa extraído em 19/07/2016 da Razão Social Eijima& Konishi LTDA,

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL****CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

destacando-se a situação de pagamento da anuidade pessoa jurídica quite até 2006; e com o objetivo social : Importação, compra e venda de artigos para lavoura em geral de máquinas e implementos agrícolas, produtos químicos (fungicidas, inseticidas, herbicidas, formicidas, vermícidias, germicidas, vermífugos, sarnicidas, carrapaticidas, fertilizantes, sementes de hortaliças, flores nacionais e estrangeiras e prestação de serviços fitossanitários.....). Considerando que consta o despacho da UGI-Oeste com a sugestão de que sejam extraídas as devidas cópias do presente processo e instaurar novo processo tendo como assunto “Notificação Referente a Registro”, reiniciando os procedimentos a partir do art 5º da Resolução 1008 e encerrar este processo no SIPRO. Considerando o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica com o nome empresarial de Agro Konishi LTDA – ME, descrevendo como atividade econômica principal - Comércio Varejista de outros produtos não especificados anteriormente, emitida em 18/11/2016. Considerando a notificação à empresa para a regularização da situação de registro, o qual se encontra cancelado por força de art. 64 da lei federal 5.194/66 e a quitação das anuidades dos exercícios em atraso. Considerando a consulta resumo da empresa extraído em 03/02/2017 da Razão Social Eijima & Konishi LTDA com as mesmas informações que consta na consulta efetuada anteriormente. Considerando o Auto De Infração Nº 3390/2017 por exercer atividades privativas dos profissionais fiscalizados pelo Sistema CONFEA/CREA infringindo o art. 64, parágrafo único da lei federal nº 5.194/66. Considerando a defesa da Agro Konishi LTDA argumentando que a empresa não infringiu o artigo 64 , parágrafo único da lei federal 5.194/66 e solicitando o cancelamento da autuação. Considerando a alteração de contrato social da sociedade por quotas de responsabilidade limitada em 1 de agosto de 2015, do qual destaca-se que: “a) Fica constituída uma Sociedade Empresária Limitada que girará nesta praça sob a denominação social Agro Konishi LTDA – EPP; b) A sociedade terá como objeto social – comércio varejista de sementes , adubos, máquinas agrícolas, vasos e artigos para jardinagem. Considerando a Lei 5.194/66 que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo, e dá outras providências, em especial os artigos 6º, 7º, 8º, 45, 46 alínea “a”, 59, 64 e 73. Considerando a Resolução nº 1008/04 do CONFEA, que dispõe sobre os procedimentos para instauração , instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades, em especial os artigos 2º, 5º, 9º, 10, 11, 13, 15, 16, 17 e 20. Considerando que o registro foi cancelado em 30/04/2007 de acordo com o art. 64 da Lei Federal 5.194/66 e a anuidade 2005 e 2006 foi quitado parceladamente conforme consta à página 30 do processo. Considerando a ficha cadastral simplificada, houve alteração do nome empresarial de Eijima & Konishi Ltda para Agro Konishi Ltda – EPP em seu contrato social e com alteração do objeto social para: comércio varejista de produtos saneantes e domissanitários e a partir de 08/10/2015 nova alteração do objeto social, doravante como comércio varejista de sementes, adubos, máquinas agrícolas, vasos e artigos para jardinagem. **DECIDIU: pelo cancelamento do Auto de Infração nº 3390/2017 lavrado em face da empresa da empresa Eijima & Konishi LTDA por infração ao parágrafo único do artigo 64 da Lei 5.194/66 e arquivamento do processo.** Coordenou a reunião o conselheiro Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile. Votaram favoravelmente os conselheiros: Eng. Agr. e Seg. Trab. Adilson Bolla, Eng. Agr. Adriana Mascarette Labinas, Eng. Agr. Ana Meire Coelho Figueiredo, Eng. Agr. Andrea Cristiane Sanches, Eng. Agr. Celso Roberto Panzani, Eng. Agr. Antonio Kenji Nomi, Eng. Agr. Arlei



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP**

Arnaldo Madeira, Eng. Agr. Celia Correia Malvas, Eng. Agr. Fabio Fernando de Araújo, Eng. Agr. Fábio Olivieri de Nóbile, Eng. Agr. Glauco Eduardo Pereira Cortez, Eng. Agr. Hélio Perecin Júnior, Eng. Agr. João Luís Scarelli, Eng. Ftal. José Renato Cordaço, Eng. Agr. José Renato Zanini, Eng. Agr. José Ricardo Mourão Alves Pereira, Eng. Agr. Juliana Maria Manieri Varandas, Eng. Ftal. Karla Borelli Rocha, Eng. Agr. Marco Antonio Tecchio, Eng. Ftal. Maria Angela de Castro Panzieri, Eng. Agr. Mário Eduardo Fumes, Eng. Agr. Maurício Tucci Marconi, Eng. Agr. Nelson de Oliveira Matheus Junior, Eng. Agr. Patricia Gabarra Mendonça, Eng. Agric. Rafael Augustus de Oliveira, Eng. Agric. Ricardo Antonio Ferreira Rodrigues, Meteorol. Ricardo Hallak, Eng. Agr. Ricardo Victória Filho, Eng. Agr. Ronan Gualberto, Eng. Agr. Tais Tostes Graziano, Eng. Agr. Valério Tadeu Laurindo, Eng. Agr. Valdemar Antonio Demétrio, Eng. Agr. Vasco Luiz Altafin, Eng. Agr. Vinicius Antonio Maciel Junior e Eng. Agr. William Alvarenga Portela. Não havendo votos contrários ou abstenções.

Cientifique-se e cumpra-se.

São Paulo, de de 2018.

Eng. Agr. Fabio Olivieri de Nobile
Creasp nº 5062367008
Coordenador da Câmara Especializada de Agronomia